

revista

filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Gestão da entidade Social:

- Contabilidade no Terceiro Setor
- Novas leis para filantrópicas
- Técnicas de administração
- Elaboração de projetos sociais

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Onde as empresas estão investindo no Terceiro Setor? Porque cada dia mais empresas aderem à causa social?

S/A

10 perguntas e respostas
sobre Terceiro Setor

entrevista

Presidenciáveis

falam com exclusividade à **Revista Filantropia**

O QUE ELES VÃO FAZER PELO TERCEIRO SETOR?



Editorial

editorial

O Dever

“Não tenho outra ocupação senão a de vos persuadir a todos, tantos velhos como novos, de que cuideis menos de vossos corpos e de vossos bens do que da perfeição de vossas almas, e a vos dizer que a virtude não provém da riqueza, mas sim que é a virtude que traz a riqueza ou qualquer outra coisa útil aos homens, quer na vida pública, quer na vida privada.” (Sócrates, 348 a. C.)

Sócrates, há quase quatro séculos antes de Cristo, lecionava que a perfeição de nosso espírito depende de nossas virtudes. Produzir o bem, por si só, nem sempre resulta na contabilidade de nossas virtudes.

A eficácia de nossas ações deve estar sempre sintonizada com nossas intenções. É o coração que deverá ser persuadido na saga da produção do bem, não importando o tipo e a forma, mas sim o propósito de saciar o próximo, como se estivesse saciando a si próprio.

O dever da promoção do bem tirado de dentro do coração é obrigação moral, representa a lei da vida, e é difícil de ser cumprido, pois geralmente é contrário às seduções do interesse do homem, que muitas vezes o edifica com o propósito de refletir como mera vitrine ao seu reconhecimento de frágil benevolente.

Já dizia Lázaro: “O dever não tem testemunhos, e suas derrotas não têm repressões. Ele começa precisamente no ponto em que ameaçais a felicidade ou a tranquilidade do vosso próximo e termina no limite que não gostareis de ver ultrapassado em relação a vós mesmos”.

Enfim, não nos prendamos apenas às lições desta revista, que tem como principal missão indicar caminhos menos áridos para a prática do bem, mas tiremos dela reflexões acerca de como exercitar o nosso Dever.

Afinal, a filantropia sempre é associada à prática do bem, e o simples despojo de nossos **vinténs** em prol daquele que nada tem é como se não estivéssemos ajudando a **ninguém**.

MARCOS BIASIOLI
Diretor Técnico

“Se não houver frutos, valeu a beleza das flores; se não houver flores, valeu a sombra das folhas; se não houver folhas, valeu a intenção da semente”

Henfil, cartunista brasileiro

Nosso editor, Marcio Zeppelini, e o diretor técnico, Marcos Biasioli, entregam homenagem da Revista Filantropia ao ministro da Previdência Social, José Cechin



A filantropia em prelo, literalmente



O impressor gráfico Divino Oliveira, que garantiu a qualidade no prelo da primeira edição

Para quem convive com a filantropia 24 horas diárias sabe bem que cada segundo aplicado àqueles que são assistidos - sejam crianças, idosos, deficientes físicos ou mentais - é essencial ao futuro daquele ser. Um ensinamento de um minuto gera bem-estar social a anos de vida.

Portanto, falar de filantropia a quem pratica a filantropia é tarefa árdua e de responsabilidade, pois temos de transmitir em nossas páginas informações essenciais àquela instituição e, conseqüentemente, aos seus assistidos.

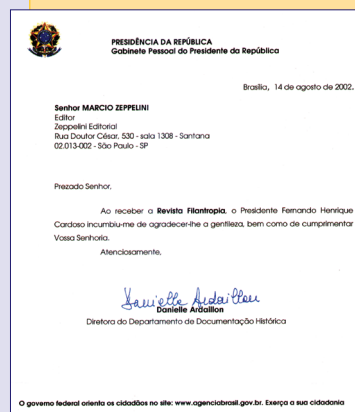
Esta é a segunda edição da Revista Filantropia. Como o intuito de nossa equipe e de TODOS os nossos leitores é o mesmo - o de fazer um Brasil melhor -, publicamos aqui um resumo do que os quatro principais candidatos ao cargo máximo brasileiro farão pelo Terceiro Setor, caso eleitos.

Destaque também à “responsabilidade social” - fator que vem mudando a atitude dos consumidores brasileiros perante às suas marcas prediletas.

Levamos essas e outras notícias para dentro de sua entidade, para que nós todos, juntos, tenhamos um futuro digno de um ser humano.

MARCIO ZEPELINI
Editor

Ofício do Gabinete do presidente da República endereçado à nossa redação



Lula

Luiz Inácio Lula da Silva

O nosso maior sonho é o de contribuir com a nossa experiência política para melhorar o Brasil. Vamos combater a miséria e acabar com a fome que castiga quase 50 milhões de pessoas em nosso País e criar condições para que a grande maioria do povo brasileiro tenha cidadania. A juventude tem de voltar a acreditar no presente e no futuro do Brasil. Para atingir esses objetivos, é preciso contar com a participação efetiva do Terceiro Setor, inclusive das entidades beneficentes.

Queremos, especialmente, a ajuda das milhares de organizações que fazem parte do Terceiro Setor, e das empresas socialmente responsáveis

Nossa proposta é tratar o social e o econômico como duas dimensões interligadas e igualmente prioritárias do desenvolvimento brasileiro. Temos convicção que o que vai abrir uma nova fronteira de crescimento para o Brasil é a inclusão de milhões de assalariados no mercado de massas. Isso vai criar novas oportunidades para as empresas que buscam mercado para ampliar a sua produção.

Na "Carta ao Povo Brasileiro", que divulgamos em junho, reafirmamos nosso compromisso histórico com o combate à inflação e com a retomada do crescimento econômico, com a geração de empregos e com a efetiva distribuição de renda.

Mas esse novo modelo não surgirá de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje. Nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Vai surgir de uma ampla negociação nacional, que deverá conduzir a um novo contrato social, fundado no crescimento com estabilidade.

Para isso, nós contamos com a contribuição da iniciativa privada, como está escrito no nosso programa de governo. Queremos, especialmente, a ajuda das milhares de organizações que fazem parte do Terceiro Setor, e das empresas socialmente responsáveis.

Há poucos dias, estivemos em um grande evento com empresários, promovido pelo Instituto Ethos. Duas semanas antes, participamos de uma significativa reunião na sede da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais). A experiência tem demonstrado que a maioria das iniciativas dessas instituições tem funcionado muito bem. E nós vamos incentivá-las porque queremos que os recursos do governo e da sociedade sejam mobilizados de forma articulada, eficiente e produtiva em torno das nossas grandes prioridades: retomada do crescimento econômico, com geração de emprego e distribuição de renda.



Nome completo
Luiz Inácio Lula da Silva

Nascimento
27/10/45 – Garanhuns/PE

Partido
PT

Tempo no partido
21 anos

Partidos anteriores
nenhum

Site
www.lula.org.br

Cargos públicos ocupados
Deputado federal constituinte (1986 a 1990)

Formação
Ensino médio de nível técnico (Senai)

Profissão anterior à carreira política
Torneiro mecânico (posteriormente Lula se licenciou da função para assumir vários cargos até atingir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC)

Qual o papel que as entidades um eventual governo e quais as propostas

As entidades filantrópicas prestam um grande serviço à sociedade brasileira, ajudando a reduzir as lacunas que a ação do Estado deixa no atendimento à população mais carente. Infelizmente, essas lacunas não poderão ser totalmente preenchidas em um curto espaço de tempo. Afinal, mesmo em países desenvolvidos, o Estado não consegue suprir todas as necessidades sociais. Assim, as entidades filantrópicas continuarão tendo uma grande importância para o Brasil.

Ciro

Ciro Gomes

É preciso combater a chamada “pilotopia”, que drena recursos dos contribuintes sem trazer benefícios para a sociedade. Evidentemente, isso não significa prejudicar as entidades verdadeiramente filantrópicas

Evidentemente, não se pretende que as entidades filantrópicas substituam o Estado naquilo que é o seu dever. Mas seus serviços precisam ser destacados, valorizados e incentivados. Sua atuação pode ser feita de maneira isolada ou, o que em muitas vezes seria preferível, em parceria com o Estado. Há, por exemplo, diversas experiências bem-sucedidas em que ONGs (Organizações Não-Governamentais) trabalham com recursos públicos para operacionalizar importantes programas, como os de saúde da família, ou os de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis.

Uma questão polêmica sempre lembrada quando se discute as entidades filantrópicas são os benefícios fiscais a elas concedidos. Esses benefícios estão previstos na legislação brasileira com o intuito de maximizar os efeitos da atuação dessas entidades. No entanto, é notório que muitos beneficiários dessas isenções usam a filantropia apenas como fachada. É preciso, portanto, combater a chamada “pilotopia”, que drena recursos dos contribuintes sem trazer benefícios para a sociedade. Evidentemente, isso não significa prejudicar as entidades verdadeiramente filantrópicas. Pelo contrário, separar o joio do trigo é fundamental para valorizar o trabalho de quem atua com seriedade.

Mas o papel do Terceiro Setor não se restringe apenas ao assistencialismo. Há diversas ONGs que são importantes interlocutores da sociedade nos mais diversos assuntos: segurança, saúde, educação, meio ambiente etc. São inequívocas as contribuições já dadas por essas entidades na conscientização da população e no aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pelo Estado. Assim, a manutenção de um constante diálogo com as entidades representativas da sociedade civil é um dever de qualquer governo democrático.

Nome completo

Ciro Ferreira Gomes

Nascimento

6/11/1957 - Pindamonhangaba/SP

Partido

PPS

Tempo no partido

4 anos

Partidos anteriores

PDS, MDB, PMDB e PSDB

Site

www.ciro23.com.br

Cargos públicos

Deputado estadual em duas legislações (1983 a 1988); prefeito de Fortaleza (1989 e 1990); governador do Ceará (1991 a 1994); ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (período de 4 meses entre 1994 e 1995)

Formação

Direito pela Universidade Federal do Ceará; especialização em Economia Política pela Universidade de Harvard (EUA)

Profissão anterior à carreira política

Professor universitário



DIVULGAÇÃO

beneficentes terão em para o Terceiro Setor?

A pergunta ao lado foi feita aos quatro principais candidatos à Presidência da República, tendo todos o mesmo espaço para resposta (entre 2 e 2,8 mil caracteres)

Serra

José Serra

A sociedade brasileira esgotou sua histórica tolerância com a pobreza extrema. Não apenas cobra providências dos governantes em todos os níveis, mas se engaja cada vez mais em ações diretas de alívio à pobreza. Uma pesquisa feita em 1999 apurou que nove milhões de brasileiros recebiam atendimento social direto de entidades filantrópicas privadas, sem participação de recursos públicos. Estima-se que 20 milhões de brasileiros têm alguma participação como voluntário em projetos sociais. Isso representa um em cada cinco brasileiros entre 16 e 60 anos de idade.

Por sua complexidade e pela diversidade, vamos buscar a regulamentação de cada segmento, de maneira democrática, avaliando as experiências já realizadas

A mobilização autônoma da sociedade civil não dispensa, senão que amplia o campo para as parcerias governo-sociedade. Uma parceria notável, do ponto de vista da importância dos resultados, é a que soma os recursos do Governo Federal à rede de voluntários da Pastoral da Criança. As 150 mil voluntárias da Pastoral visitam mensalmente 1,5 milhão de crianças até seis anos de idade nas áreas mais pobres do País. Deve-se a essa parceria, em boa parte, a aceleração da queda da mortalidade infantil no País nos últimos sete anos.

Exemplos como este da Pastoral da Criança e outros que tive a oportunidade de implementar no Ministério da Saúde nos levam a colocar as entidades do chamado Terceiro Setor como parceiras importantes do Governo. Em todo o mundo, a crise de identidade do Estado contribuiu para o desenvolvimento e a consolidação de organizações privadas sem fins lucrativos que desenvolvam ações de interesse público, com agilidade, grande capacidade de mobilização, entusiasmo e custos sensivelmente mais baixos do que os governos e as empresas privadas.

Para aprofundar essa cooperação e assegurar o apoio oficial a essas entidades, defendemos a regulamentação da atividade e a normatização de suas relações com o poder público. Por sua complexidade e pela diversidade, vamos buscar a regulamentação de cada segmento, de maneira democrática, avaliando as experiências já realizadas, ouvindo e envolvendo toda a sociedade. Há aspectos comuns a muitas dessas organizações, mas há também diferenças, que precisam ser especificadas. Formas transparentes e responsáveis de prestação de contas – ao governo e à própria sociedade – do uso dos recursos destinados ao Terceiro Setor são igualmente condições para fortalecer a confiança e a credibilidade desse segmento.

Mesmo contando com a colaboração das empresas e da sociedade, meu governo não pretende se desobrigar das responsabilidades do Estado para com áreas essenciais como a educação, a saúde ou a cultura. Os mecanismos de descentralização, participação e controle dos programas sociais serão aprofundados. Mais importante do que os recursos financeiros, o Terceiro Setor cumpre papel estratégico e insubstituível como mecanismo de mobilização e provedor de recursos humanos e energia criativa na gestão social. Não se pode pensar em políticas sociais no Brasil sem a sua decisiva participação.



Nome completo

José Serra

Nascimento

19/3/42 - São Paulo/SP

Partido

PSDB

Tempo no partido

13 anos

Partidos anteriores

MDB e PMDB

Site

www.joseserra.org.br

Cargos públicos ocupados

Secretário de Planejamento de São Paulo (1983 a 1987); deputado federal (1986 a 1994); senador (a partir de 1995, mas cargo do qual se licenciou duas vezes para ocupar ministérios no governo FHC); ministro do Planejamento (1995 e 1996) e ministro da Saúde (desde 1998)

Formação

Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (incompleto); especializado em Planejamento Industrial pelo Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão da ONU); mestre em Economia pela Universidade do Chile; mestre e doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Cornell (EUA)

Profissão anterior à carreira política

Professor universitário

Qual o papel que as entidades um eventual governo e quais as propostas

Garotinho

Anthony Garotinho

O compromisso de nosso programa de governo com o resgate da dívida social reserva papel de destaque às organizações integrantes do que passamos a chamar de Terceiro Setor, expressão que remete à importância crescente que as iniciativas organizadas na esfera da sociedade civil adquiriram em países como o Brasil. Para realizar a maioria de nossos projetos de combate às desigualdades sócio-econômicas, a parceria com essas entidades é vital. Na verdade, sem elas não será possível melhorar a vida dos mais de 50 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza.

Quero fazer, no governo, parcerias com entidades civis de todos os tipos, seja de caridade, seja de filantropia, seja de ação social

Quero fazer, no governo, parcerias com entidades civis de todos os tipos, seja de caridade, seja de filantropia, seja de ação social. A participação delas na execução de projetos sociais, em sintonia com a Lei Orgânica de Assistência Social, só tem a somar ao esforço do poder público, tanto porque muitas delas detêm experiência e especialização em assistência social quanto porque a maioria atua com a população pobre a que queremos chegar. Imagine que, para cada programa social lançado, o governo tivesse de admitir funcionários para levar essas ações aos lugares longínquos do País. Seria inviável.

O que fiz em conjunto com organizações não-governamentais no Estado do Rio de Janeiro exemplifica o que pretendo. Os programas sociais que executamos no Estado, como o Cheque Cidadão e as clínicas populares para dependentes de drogas, só tiveram êxito porque houve parceria. Para a distribuição dos mais de 60 mil cheques mensais, tive como parcerias mais de 800 entidades religiosas com atividades beneficentes e filantrópicas, sem discriminação de credo. Para as clínicas, as parcerias com ONGs suprimiram a necessidade de trabalho especializado e sério numa área que é delicada e difícil.

No programa da Frente Brasil Esperança, que venho tendo o orgulho de apresentar pelo País, várias ações semelhantes serão levadas à prática em parcerias com as entidades do Terceiro Setor. Uma delas é o Cheque Cidadania, com o qual pretendo beneficiar, de forma progressiva, um milhão de famílias em situação de indigência com cheques mensais de R\$ 100. Também quero buscar parcerias em áreas como as de pesquisa e levantamentos sócio-econômicos, quando, por exigência de trabalho especializado, o Estado não tiver meios de realizá-los.

Em nossas parcerias, os critérios de escolha das entidades serão transparentes, com licitações pautadas nos princípios da publicidade, da valorização das habilidades técnicas e da idoneidade ético-moral das entidades. Quero, também, aprofundar a adequação da máquina estatal às inovações da Lei 9.790/99, que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e as novas formas de ação conjunta do poder público com entidades civis. Meu governo não vai abrir mão de parcerias, para mudarmos, todos juntos, a realidade do Brasil.

Nome completo

Anthony William Garotinho
Matheus de Oliveira

Nascimento

18/4/60 – Campos/RJ

Partido

PSB

Tempo no partido

1 ano

Partidos anteriores

PT, PDT

Site

www.garotinho40.com.br

Cargos públicos ocupados

Deputado estadual (1986 a 1988);
prefeito de Campos em dois mandatos distintos (de 1988 a 1992 e de 1996 a 1998); governador do Rio de Janeiro (de 1999 a 5 de abril de 2002)

Formação

Ensino médio

Profissão anterior à carreira política

Radialista



ASSESSORIA DE IMPRENSA PSB - WWW.GAROTINHO40.COM.BR

beneficentes terão em para o Terceiro Setor?

A pergunta ao lado foi feita aos quatro principais candidatos à Presidência da República, tendo todos o mesmo espaço para resposta (entre 2 e 2,8 mil caracteres)

Manual de Orientação Legal para

Adequação do Terceiro Setor ao Novo Código Civil

As entidades beneficentes estão deixando passar despercebido o novo regulamento ao qual estarão submetidas a partir de janeiro de 2003, quando entrará em vigor o novo Código Civil¹.

Três, certamente, são as razões do menosprezo: uma, ante o fato da longevidade do início da vigência da nova Lei, o que tornará compulsória sua aplicação. Duas, pela dedução de que as alterações legislativas apresentadas pelo novo Código apenas implicarão em uma adequação jurídica de seus estatutos. Três, prende-se ao fato da dedução de que o novo regulamento não lhes atingirá, pois apenas as novas instituições é que terão de se alinhar ao novo diploma civil, frente ao entendimento do direito adquirido, ora intocável.

Enganam-se!

As alterações provocarão sérias influências na vida dos agentes do Terceiro Setor.

Vejamos:

Associações

Denominação

Razão social. Muitos organismos do Terceiro Setor batizaram sua obra, precedendo do vocábulo sociedade. Podemos destacar algumas delas de significativo papel no desenvolvimento social: Sociedade Beneficente São Camilo, Sociedade Pestalozzi, Sociedade Civil Irmãs Santa Cruz, Sociedade Paraense de Cultura, Sociedade Bíblica do Brasil, Sociedade Beneficente Israelita e tantas outras.

O velho Código Civil não impõe nenhuma restrição a respeito, sendo endossado pela Lei de Registros Públicos², que também não prevê impedimento. Entretanto, o novo Código Civil, de forma sutil e até imperceptível, introduziu no âmago do art. 53³, combinado com o art. 981⁴, critérios claros para definir que uma associação está organizada para fins não econômicos, a contrário senso da sociedade, que

deriva de finalidade econômica, com previsão de partilha de resultados, o que é vedado às associações⁵.

Nesse diapasão, todas as entidades que possuam em sua denominação social, a expressão sociedade, deverão proceder a alteração estatutária, para adequar-se à atual legislação.

A alteração implicará em investimento para a difusão da alteração de sua razão social, que certamente coincidirá com sua marca frente aos seus alunos, pacientes, fornecedores, bancos, papelaria de toda instituição, displays, fachadas, registros e tantos outros.

Associados

Inserção estatutária =

admissão/demissão – direitos/deveres.

Pela legislação, tanto os critérios de ingresso e saída como os direitos e deveres dos associados ficavam à mercê do regimento interno da instituição. Entretanto o art. 54, II e III⁶, obriga as associações (exceto fundações) a imprimirem o regulamento no bojo de seu estatuto, sob pena de nulidade.

Essas inserções estatutárias acarretam, além de maior custo operacional, em um engessamento da gestão.

Exercício de direito. O art. 58 da Lei em estudo, também estabelece que: “nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.” Não obstante, o fato de que as instituições, na prática, já possuírem regulamento a respeito, a lei fortaleceu a figura do associado, que também não poderá ser tolhido de seus direitos, unilateralmente.

Exclusão. Flagra-se também que o novo Código restringiu a exclusão do associado por critério unilateral da direção da entidade beneficente, haja visto a disposição do art. 57⁷, que limitou tal exclusão a duas hipóteses: a) justa

causa (com base no estatuto). b) motivos graves (na omissão do estatuto).

A ausência da previsão estatutária remeterá o julgamento à Assembleia Geral, que deverá deliberar a respeito da exclusão do associado, com a maioria absoluta dos presentes. E relevando que a convocação de uma assembleia é bastante onerosa, torna-se premente o resguardo estatutário.

Cessão de direitos. Outra inovação relacionada com os associados é aquela disposta no caput⁸ do art. 56, que veda a transmissão da qualidade de associado, exceto se houver permissão estatutária. Nesse caso, nem mesmo os sucessores naturais terão iguais direitos, salvo previsão no estatuto.

Participação patrimonial. A associação passou a ter feição de uma sociedade com fins econômicos, apesar de sua natureza não-econômica. Prelecionam o parágrafo único do art. 56, cumulado com o art. 61, a possibilidade de o associado ingressar com uma fração de capital na associação e, quando dela se despedir, levar consigo a importância investida, devidamente atualizada monetariamente.

Em outras palavras, participar de uma associação não só está relacionado com a prática desinteressada de uma atividade, mas também com a prática de um negócio, e muitas entidades não precavidas poderão vir a serem alvos de esvaziamento de seus ativos, caso haja malversação de alguns de seus associados.

O Código primitivo tratava do assunto em seu art. 22, porém, com uma leveza capaz de se suscitar a possibilidade de fracionar o patrimônio social ante à ausência de critérios claros, como os que foram gravados pelo novo Código.

De toda forma, prevalece o imperioso zelo sob aqueles que procuram na associação os interesses pessoais.

Separação de direitos/vantagens. A jovem Lei também facultou às associações, o direito de fragmentarem seu corpo social⁹ em categorias,

outorgando-lhes a prerrogativa de atribuírem direitos iguais, mas vantagens distintas para os associados, que, em suma, deverão ser proporcionais às suas contribuições.

Sustentabilidade

As fontes de recursos para sua manutenção. Não obstante a Lei até então vigente não obrigar a inserção desse tópico no estatuto, na prática, já é comum a inclusão das fontes de recursos. Porém, aquelas instituições que ainda não contemplaram seus estatutos com tais registros estarão obrigadas a fazê-lo por conta do disposto no art. 54, IV¹⁰ do novo Código Civil.

O cumprimento da referida obrigação legal afastará a conotação de sociedade, pois as atividades econômicas eventualmente praticadas pelas entidades sociais serão meio, e não fim. Os frutos serão destinados aos seus próprios propósitos não econômicos, o que afasta, por si só, a possibilidade de serem cerceadas suas atividades econômicas, sob o argumento da vedação imposta pelo art. 53, combinado com o art. 62, da dita Lei.

Gestão

Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos. O legislador no caso em questão determinou de forma compulsória a inserção no estatuto social, pelo art. 54, V, o modelo de administração da entidade, por intermédio de seus órgãos colegiados.

Assembleia Geral

Com a vigência do novo Código¹¹, não só foi regulamentada a figura da Assembleia Geral, como também sua privativa função, que será: a) Eleger administradores. b) Destituir administradores. c) Aprovar contas. d) Alterar o estatuto.

Além das funções da Assembleia Geral, também foi instituído um quorum necessário para deliberações válidas, que é de dois terços dos presentes, podendo deliberar apenas com a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

A promoção da Assembleia também foi regulada, ficando garantido a um quinto dos associados tal direito.

Fundações

Vocação

Vocação das fundações. Nesse particular, credita-se a maior heresia do legislador, eis que limitou como vocação

fundacional, apenas quatro segmentos: a) Religião. b) Moral. c) Cultura. d) Assistência. Esqueceu-se de outras vocações de relevante valor social, tais como aquelas de pesquisa e meio ambiente.

É certo que a tentativa em albergar todas sob o manto de assistência, que possuirá uma conotação ampla, será uma prática habitual. Contudo, certamente enfrentar-se-á resistência com os agentes do registro público.

Os Bens

Domínio do bem. Em sendo instituída a fundação por agente vivo, por meio de seus bens, o instituidor ficará obrigado a transferir a propriedade que for doada para atender aos fins da obra por ele idealizada para a fundação, sob pena do Judiciário fazê-lo.

Intervenção do Ministério Público

Poderes. Foram estendidos os poderes do Ministério Público no velamento das fundações, como bem percebe-se no parágrafo único, do art. 65 que outorgou a ele o direito de elaborar o estatuto da fundação após 180 dias do prazo assinado pelo instituidor.

Direito da Minoria

Estatuto. A ausência de unanimidade na votação da alteração estatutária da fundação, facultará à minoria impugná-la, desde que o faça no prazo máximo de dez dias. A dedução é que a minoria ficou fortalecida com a nova Lei, o que resulta na seleta admissão de todos os associados, evitando o trauma do embate que muitas vezes é até responsável pela ingovernabilidade da fundação.

Obrigação de Todas Entidades do Terceiro Setor

As alterações edificadas pelo novo Código Civil, certamente, provocarão muitas mudanças na vida de todas entidades sociais, e não somente nas novas que estarão sendo constituídas após a vigência da Lei.

A conclusão não é singular e tampouco teórica ou doutrinária, mas está na própria Lei, que assim aduz: "art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de 1 (um) ano para se adaptarem às disposições deste Código, a partir de sua vigência; igual prazo é concedido aos empresários".

Marcos Biasioli:
"As alterações no
Código Civil provocarão
sérias influências
na vida dos agentes
do Terceiro Setor."



No tocante às fundações instituídas com finalidades diversas daquelas previstas no atual Código¹² (religiosos, morais, culturais ou de assistência), serão toleradas pelo legislador, porém, estarão subordinadas ao funcionamento nos moldes da nova Lei¹³.

Dessa forma, as entidades que até janeiro de 2004 resistirem à Lei poderão amargar a nulidade de seus atos e, até mesmo, provocar a responsabilização de seus administradores.

Assim sendo, o ceticismo quanto aos efeitos da Lei, por conta das incontáveis emendas que vêm sofrendo pelo próprio Legislativo, assomado da certeza do direito adquirido, por si só, não serão suficientes para golpear as exigências conferidas na nova norma.

Um bom conselho é que os organismos do Terceiro Setor procurem rapidamente se afeiçoar com a Lei 10.406/02 (novo Código Civil), evitando que o trauma seja menor com a precaução, do que a nulidade sem solução.

SOBRE O AUTOR

Marcos Biasioli é advogado e assessor jurídico de inúmeras entidades filantrópicas. Mestreado pela PUC/SP, administrador de Empresas pela Universidade Mackenzie, pós-graduado pela European University. Foi docente da PUC/SP e da UniFMU/SP na cadeira de Legislação Social.

¹ Lei 10.406/02; ² Lei 6.015/73; ³ Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos; ⁴ Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividades econômicas e a partilha, entre si, dos resultados; ⁵ Cf. art. 14 CTN, Lei 8.212/91, art. 55, e Decretos 2.536/98 e 3.048/99; ⁶ Art. 54. sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá: ... II – os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III – os direitos e deveres dos associados; ⁷ Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido o disposto no estatuto; sendo esse omissão, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim; ⁸ Art. 56. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário; ⁹ Art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais; ¹⁰ Art. 54. IV – as fontes de recursos para sua manutenção; ¹¹ Art. 59, I a IV; ¹² Art. 62, § único; ¹³ Art. 2.032.

Decreto altera exigências para as filantrópicas ligadas à saúde

Foi decretada em agosto a nova legislação destinada às entidades sem fins lucrativos ligadas à saúde, conforme promessa do Ministro da Previdência e Assistência Social, José Cechin, em entrevista exclusiva à primeira edição da Revista Filantropia.

O decreto nº 4.327, de 8 de agosto de 2002, dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – Cebas – para instituições de saúde e altera o decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Nos termos desse decreto, a instituição de saúde que, nos anos de 1998 a 2001, não

tenha, exclusivamente, atingido o percentual de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS igual ou superior a 60% do total de sua capacidade instalada, poderá ter seu Cebas concedido ou renovado, desde que tenha nesse período cumprido o requisito de aplicação em gratuidades, conforme disposto no decreto nº 2.536/98, que estabelece a aplicação do percentual de 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de

bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares.

Caso o pedido de renovação do Cebas seja indeferido em função do não-atendimento do percentual de 60% de atendimento ao SUS, a entidade poderá requerer a revisão do pedido de renovação no prazo de 60 dias, a contar de 08/08/02.

Para que a revisão seja requerida, será necessário que a entidade cumpra os 20% de gratuidades exigidos pelo decreto 2.536/98.

A nova legislação irá proporcionar uma sobrevida às entidades filantrópicas da saúde.

O que mudou na Lei da Saúde Filantrópica?

Para facilitar o entendimento da lei, construímos um demonstrativo auto-explicativo

Lei Anterior	Exigências da Lei Atual	Comentários
Mínimo de 60% de atendimento SUS, da capacidade instalada.	(1) - Ofertar todos os seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, e comprovar anualmente, o mesmo percentual em internações realizadas medida por paciente-dia.	Exceções da lei atual - Hospital estratégico definido pelo Ministério da Saúde. - Ambulatórios – permanece obrigatoriedade de prestar serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%. - Observa-se na lei, que a comprovação terá que ser anual, porém ser medida por paciente-dia.
Possibilidade de complementação daquele percentual com outros serviços prestados com recursos da entidade, desde que apresentados através de ofício do gestor local do SUS, (regulamentado pela Resolução do CNAS – nº 177/00, art. 3º § 5º)	(2) - Havendo impossibilidade, declarada pelo gestor local do SUS, na contratação dos serviços de saúde da instituição no percentual de 60%, poderá ser utilizado o critério ao lado, como substituição.	Exclusivo para entidades da saúde - Aplicar 20% da receita bruta, caso atenda pacientes SUS no percentual inferior a 30%; ou - Aplicar 10% da receita bruta, caso atenda pacientes SUS no percentual igual ou superior a 30%; ou - Aplicar 5% da receita bruta, caso atenda pacientes SUS no percentual igual ou superior a 50% ou se completar o quantitativo das internações hospitalares, medido por paciente-dia, com atendimentos gratuitos devidamente informador por meio de CIH, não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte. Exclusivo para entidades mistas (saúde com educação ou com assistência social) - Aplicar 20% da receita bruta (com exclusão da receita de serviços de saúde) em gratuidade para assistência social e/ou educação e/ou saúde; ou - Aplicar 60% em atendimento pacientes SUS (critério igual ao definido acima); e - Aplicar 20% da receita bruta (com exclusão da receita de serviços de saúde) em gratuidade para assistência social; e - Aplicar 20% da receita bruta (com exclusão da receita de serviços de saúde) em gratuidade para educação, que são as bolsas de estudos. (levar em conta que o valor das bolsas não pode ser inferior a 50% da isenção das contribuições usufruídas – vide lei 10.260/02. As bolsas custeadas pelo FIES, não poderão ser consideradas no cálculo da gratuidade – vide Decreto 3.504/00)
	(3) - Os benefícios do Hospital estratégico, não são extensivos aos demais hospitais da mantenedora. - O atendimento no percentual mínimo de 60% de pacientes SUS, poderá ser conjunto ou isolado, no caso de instituições com mais de uma unidade hospitalar. - A instituição de saúde deverá informar o Ministério da Saúde, a totalidade de internações realizadas para os pacientes não usuários do SUS. - Obrigatoriedade do registro contábil específico da gratuidade. - Não pode ser computado como gratuidade, eventual diferença entre os valores pagos pelo SUS e os preços praticados pela entidade ou pelo mercado.	- Ainda que o mantenedor seja um hospital, e ele tenha sido considerado estratégico. - Implica dizer que uma entidade que possui vários hospitais, poderá atribuir apenas há um, o encargo de atender SUS, observado o limite mínimo da lei, que levará em conta as internações de todo o conglomerado. - Por meio da Comunicação de Internação Hospitalar – CIH. A lei não fixou prazo, porém dada a apuração anual prevista no teor do § 4º, do decreto em estudo, presume-se que deverá ser anual. - A gratuidade será medida pela valoração dos procedimentos realizados com base nas tabelas de pagamentos do SUS, caso não atendido a obrigatoriedade contábil específica. - Nada impede que seja apurado o real custo da gratuidade, porém dissociado da relação com o preço de mercado.
	OPORTUNIDADE. Exclusivo p/ Entidades de Saúde que tiveram indeferido o CEBAS nos anos 1998 a 2001 - Possibilidade de revisão do indeferimento da renovação do Certificado de Filantropia, na hipótese de ter aplicado ao menos 20% da receita bruta em gratuidade (nunca inferior a isenção das contribuições sociais usufruídas), ao invés de 60% de atendimentos SUS, da capacidade instalada.	Exclusivo p/ Entidades de Saúde que tiveram indeferido o CEBAS nos anos 1998 a 2001 - Trata-se de uma anistia PARCIAL; - Prazo para postular a revisão terminará no dia 08/10/2002; - Cuidado! A lei não determina excluir da receita bruta, as receitas provenientes da saúde, para fins de cálculo dos 20%.
	OPORTUNIDADE. Exclusivo p/ Entidades da Saúde - Comprovar atendimento pacientes SUS igual ou superior a 60% da capacidade instalada; - Aplicar 20% da receita bruta em gratuidade; - Aplicar a regra disposta nos itens 1, 2 e 3 acima.	Exclusivo p/ Entidades da Saúde - Norma válida apenas para o ano – 2002. - Cuidado! A lei não determina excluir da receita bruta, as receitas provenientes da saúde, para fins de cálculo dos 20%.

Portaria garante captação de bens apreendidos pela Receita às Oscips

O Ministério da Fazenda resolveu, por intermédio da Portaria nº 256, de 15 de agosto de 2002, garantir às Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) parte dos bens (apreendidos, abandonados ou disponíveis), que é administrada pela Secretaria da Receita Federal.

Essa Portaria vem alterar a norma anterior, que conferia apenas às entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal a condição de serem beneficiárias desses bens.

A Oscip que estiver interessada na captação de recursos pelo recebimento dos bens apreendidos pela Receita Federal deverá fazer um pedido formal apresentando o certificado de qualificação como Oscip.

Resolução aprova isenção do ITCMD a filantrópicas ligadas ao meio ambiente

Resolução conjunta das Secretarias Estaduais da Fazenda e do Meio Ambiente cria as condições para isenção do Imposto de Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) para as entidades sem fins lucrativos.

Para isentar-se do recolhimento do imposto, a entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo social seja vinculado à preservação do meio ambiente, deverá obter o Certificado de Reconhecimento de Entidade Ambientalista e o documento denominado “Declaração de Isenção de Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD)”, que terão validade de um ano.

O Certificado será emitido pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio de requerimento. Já a declaração será obtida por pedido dirigido ao delegado Regional do Trabalho.

Assim que o Certificado e a Declaração forem requeridos, a isenção terá validade já para o exercício do ano de 2002. Caso os pedidos sejam indeferidos, a entidade deverá efetuar o recolhimento do imposto devido até aquele momento.

Pernambuco e BID assinam empréstimo

O governador de Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram os documentos de um empréstimo de US\$ 90 milhões para apoiar uma ampla gama de investimentos sócio-econômicos que promoverão o desenvolvimento sustentável da Zona da Mata existente naquele estado brasileiro, que compreende 43 municípios e 1,21 milhão de habitantes no leste do estado.

Os recursos serão canalizados para atividades que diretamente beneficiarão populações de baixa renda e setores como abastecimento de água, saneamento, educação, treinamento e saúde.

Resolução do Conanda suspende a criação de certificado de captação de recursos para o fundo nacional dos direitos da criança e do adolescente

A Resolução nº 81 do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) suspende, por tempo indeterminado, a resolução anterior que criava o Certificado de Captação de Recursos para o FNDCA - Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Resolução nº 76, de 21 de fevereiro de 2002, criava o Certificado com a finalidade de ampliar e facilitar os mecanismos de captação de recursos, com vistas ao financiamento da Política Nacional, por meio de programas, projetos e ações de defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Certificado teria prazo de validade limitado a um período de 12 meses, nominando os programas, projetos e ações de defesa a que se destinariam os depósitos realizados por pessoas físicas ou jurídicas e passíveis de dedução para fins de imposto de renda.

Os recursos captados pela concessionária seriam depositados pelo contribuinte diretamente na conta do FNDCA, cujas especificações estariam contidas no Certificado, devendo ainda o comprovante de depósito ser apresentado à Direção do Fundo para emissão de recibo.

Programa do BNDES concede crédito às entidades filantrópicas

O BNDES dispõe de programa que visa a concessão de créditos para as entidades filantrópicas. É o Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas e Hospitais Estratégicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O objetivo do programa é garantir e ampliar a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde, pelo fortalecimento e modernização da rede de hospitais filantrópicos e estratégicos integrados ao Sistema, pela redução dos custos, aumento da eficiência e otimização das instalações existentes.

Podem participar do programa todos os hospitais caracterizados como filantrópicos, que utilizem, no atendimento pelo SUS, percentual igual ou superior a 60% do total das suas respectivas capacidades instaladas, e hospitais enquadrados como estratégicos para o SUS pela Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.

Por intermédio do programa, poderão ser financiados a reestruturação do endividamento bancário e com fornecedores, a recuperação do capital de giro próprio, o aumento da eficiência e a otimização de instalações existentes, permitido o financiamento da contrapartida de recursos destinada à aquisição de equipamentos importados, no âmbito do Programa de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus), do Ministério da Saúde.

Para a participação no Programa, basta que a entidade interessada dirija-se à instituição financeira credenciada de sua preferência, que informará a documentação necessária, analisará a possibilidade de concessão do crédito e negociará as garantias. Após a aprovação pela instituição, a operação será encaminhada para homologação e posterior liberação dos recursos pelo BNDES.

Informações - Gerência Executiva de Saúde: (21) 2277-8032/7364 ou pelo site www.bndes.gov.br

Banco cria premiações às entidades filantrópicas

Visando a incentivar a continuidade de iniciativas de intervenção social, o BNDES criou o Programa de Fomento e Divulgação de Projetos Sociais.

O programa objetiva premiar em concursos as entidades que apresentarem projetos que possam ser apoiados no âmbito do Fundo Social, desde que possam ser enquadrados em programas já existentes. As premiações apoiadas são:

Mais informações sobre a premiação e sobre como participar poderão ser obtidas na Secretaria do Comitê de Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou pelo site www.bndes.gov.br.

Decreto em SP regulamenta lei que institui semana de prevenção às deficiências

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, regulamentou, pelo Decreto nº 42.259, de 6 de agosto de 2002, a Lei nº 13.224 que instituiu a Semana de Prevenção às Deficiências.

De acordo com o Decreto, a Semana de Prevenção às Deficiências será realizada, anualmente, no período de 21 a 28 de agosto, e consistirá de debates, seminários e palestras, priorizando a prevenção de deficiências.

A prevenção de deficiências abrangerá a prevenção primária, que se desenvolve mediante ações de promoção da saúde e de proteção da integridade física e psíquica do cidadão; a prevenção secundária, mediante detecção, diagnóstico, prevenção de incapacidades e intervenção precoce; e a prevenção terciária, mediante ações destinadas a limitar ou reduzir a deficiência.

FONTE:
MARCOS BIASIOLI / DANILO MACHADO OLIVEIRA
INTEGRANTES DA M. BIASIOLI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
WWW.MBIASIOLI.COM.BR - ADVOCACIA@MBIASIOLI.COM.BR



Por
LUCIANA ONCKEN

Hospitais filantrópicos participam de **Programa de qualidade hospitalar**

Do total de 150 hospitais participantes
do programa CQH, 42% são filantrópicos

Valores do CQH

- **Ética:** O Programa CQH incorpora os valores das entidades mantenedoras e respeita a legislação vigente sob todos os aspectos. A participação no CQH requer integridade e honestidade moral e intelectual.
- **Autonomia técnica:** Tem autonomia técnica para ser conduzido, independentemente de injunções que contrariem os princípios básicos: missão, valores, visão, estatuto e metodologia de trabalho.
- **Simplicidade:** O Programa CQH busca simplicidade. As regras são adequadas e suficientes a realidade hospitalar brasileira.
- **Voluntariado:** O Programa CQH incentiva a participação voluntária de hospitais, interpretando a busca da melhoria da qualidade como manifestação de responsabilidade pública e de cidadania.
- **Confidencialidade:** Trata todos os dados relacionados às suas atividades de maneira confidencial, preservando a identificação dos hospitais participantes.
- **Enfoque educativo:** Promove o aprendizado a partir da reflexão e da análise

quem pensa que os programas de qualidade estão voltados somente para empresas ou produtos da indústria está enganado. A qualidade também é uma preocupação da área hospitalar e existem programas voltados especialmente para esse setor, como o CQH - Controle de Qualidade Hospitalar -, um programa voluntário, desenvolvido pela Sociedade Médica Paulista de Administração em Saúde, mantido pela Associação Paulista de Medicina (APM) e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp). O programa é um entre os oito existentes no País, credenciado pela Organização Nacional de Acreditação, o único no Estado de São Paulo.

Os hospitais filantrópicos têm se beneficiado da iniciativa ao aderirem ao programa. Do total de 150 hospitais participantes, 42% são filantrópicos. Conforme avaliação periódica realizada nesses hospitais, eles recebem o selo de conformidade do CQH. Atualmente, são 13 os hospitais selados, sendo quatro filantrópicos. O restante divide-se entre público e privado com fins lucrativos.

Um dos coordenadores do Núcleo Técnico do CQH, Haino Busmester, explica que o programa foi criado, em 1991, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade hospitalar no Estado de São Paulo, melhorar o local de trabalho do médico e de atendimento à população e contribuir socialmente para o País. Para isso, todo o trabalho é realizado voluntariamente por uma equipe técnica a partir de metodologia específica. Na opinião do coordenador, é um diferencial importante do programa o fato de o

trabalho ser realizado voluntariamente e ser cobrado apenas uma taxa simbólica de adesão (R\$ 50 mensais). "Assim, garantimos a autonomia do trabalho e afastamos qualquer possibilidade de manter uma 'relação promíscua' com a instituição participante", destaca.

O baixo custo é dos fatores que estimula a participação de hospitais filantrópicos, porque eles passam a ter a chance de participarem de um programa de qualidade e implantação de um modelo de gestão praticamente sem ônus. "Caso esse hospital tivesse de comprar um modelo de gestão de uma consultoria, isso seria muito caro", lembra Busmester. E a vantagem de ter acesso a um modelo de gestão atinge diretamente o bolso da instituição. Como o hospital filantrópico não tem fins lucrativos, todo o dinheiro advindo dos serviços prestados é revertido para a própria instituição, um bom gerenciamento contribui para uma maior arrecadação, fazendo com que o hospital dependa menos de outras fontes de renda, como doações e subsídios governamentais. "O CQH é uma das ferramentas que utilizamos para melhorar nosso atendimento, para trabalharmos com indicadores, fazendo uma análise comparativa. Isso é muito importante", salienta Margareth Sena, coordenadora de Qualidade Total do Hospital Santa Cruz, um dos quatro filantrópicos selado pelo CQH. O Santa Cruz participa do programa desde 1997. Em 1999, foi selado pela primeira vez e, em 2001, teve o selo renovado.

A adesão ao programa CQH é voluntária, o que estimula ainda mais a participação das instituições inscritas. "Esperamos que o hospital se

inscreva no programa visando o aprimoramento de seus processos para obter melhores resultados, além de ser uma manifestação de responsabilidade pública e de cidadania", informa Yassuko Nishikuni, médica especializada em Administração Hospitalar. O programa incentiva o trabalho coletivo, principalmente dos grupos multiprofissionais e multidisciplinares. O processo de auto-avaliação também é bastante estimulado.

Busmester acredita que o CQH tenha influenciado o estabelecimento de um gerenciamento mais profissional nas instituições hospitalares, nos últimos anos. "Não há dúvidas que nós tivemos influência nas mudanças que vêm ocorrendo nos modelos de gestão dos hospitais", ressalta.

O modelo do CQH foi bastante difundido pelo País com a publicação, pela editora Ate-neu, do manual de orientação "Programa de Controle de Qualidade do Atendimento Médico-Hospitalar". O manual foi distribuído, pelo Cremesp, a todos os hospitais do Estado de São Paulo, sendo que já foram vendidos cinco mil exemplares em todas as regiões do Brasil. "O manual serve, indiretamente, como uma espécie de roteiro para os hospitais implantarem seus modelos de gestão e avaliação", explica o coordenador.

O Núcleo Técnico informa que a metodologia do programa é baseada na monitoração contínua dos indicadores, avaliação dos serviços pelos usuários, avaliação pelos funcionários, visita para avaliação da conformidade, possibilidade de ser reconhecido pela conformidade e ser selado (conforme pontuação na avaliação). A metodologia utilizada é da Fundação para Prêmio Nacional da Qualidade, fundamentada na metodologia do Malcom Baldrige National Quality Award, dos EUA. Segundo o manual do programa, "o uso da metodologia pelo CQH advém da convicção de que os hospitais, do ponto de vista gerencial, são iguais a qualquer

outra empresa".

O trabalho é realizado com a participação ativa dos hospitais filiados, que coletam seus dados e enviam mensalmente ao Núcleo Técnico do CQH. A partir daí, é realizada uma tabulação dos dados e apresentados trimestralmente os indicadores gerados em curvas de frequência. "Caso seja solicitado pelo hospital, após um ano de adesão ao programa, é realizada uma visita de avaliação. Estando o hospital em conformidade com o programa, o selo é concedido", destaca Burmester. Depois disso, a avaliação é feita a cada dois anos, a fim de verificar a renovação ou não do selo de conformidade. É interessante destacar que o CQH não é classificatório e, desse modo, não há preocupação com a identificação dos melhores ou piores hospitais. "A preocupação básica é que todos os hospitais consigam, por meio da vinculação ao programa, elevar a qualidade do atendimento", avalia o coordenador do CQH. "Assim, a Santa Casa do interior poderá oferecer a mesma qualidade do que os hospitais dos grandes centros na medida em que responda às necessidades da população a que presta atendimento", completa. Burmester vê o CQH como um parceiro dos hospitais, porque não há preocupação em fiscalizar ou julgar, "mas em ajudá-los pró-ativamente a buscar suas melhores práticas gerenciais".

O hospital que participa do programa tem acesso a um modelo de gestão para a qualidade; a realizar Benchmarking com pelo menos 100 hospitais do Estado de São Paulo, comparando os dados nas mais diversas áreas; acesso reuniões periódicas de orientação e troca de experiências; participação em eventos, inclusive internacionais, sobre qualidade e cursos baseados na sua metodologia; assessoria específica sobre controle da infecção hospitalar, por meio do Núcleo de Apoio ao Combate da Infecção

Informações

(11) 3188-4213
cqh@apm.org.br
www.apm.org.br/cqh

Programa CQH é o vencedor do Prêmio Eco 2002 na categoria saúde

O programa CQH - Controle de Qualidade Hospitalar foi o vencedor do Prêmio Eco 2002, iniciativa da Câmara de Comércio Americana de São Paulo (Amcham), na categoria saúde. Os projetos vencedores foram escolhidos entre 94 inscritos, desenvolvidos por 82 empresas. A presidente do júri desta edição do prêmio foi Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna. A comemoração também marca os 20 anos do prêmio, que teve início em 1982, quando 38 projetos concorreram.

Hospitais Selados

- Hospital e Maternidade Brasil (Santo André)
- Hospital e Maternidade Leonor Mendes de Barros (São Paulo)
- Hospital e Maternidade Alvorada - Santo Amaro (São Paulo)
- Hospital do Sepaco (São Paulo)
- Hospital e Maternidade Alvorada - Moema (São Paulo)
- Hospital Santa Catarina (São Paulo)
- Hospital e Maternidade Dr. Christovão da Gama (Santo André)
- Hospital de Clínicas Dr. Paulo Sacramento (Jundiaí)
- Sociedade Beneficente Centro Médico Campinas (Campinas)
- Hospital e Maternidade São Luiz (São Paulo)
- Sociedade Brasileira e Japonesa Beneficente Santa Cruz (São Paulo)
- Hospital de Aeronáutica de São Paulo (SP)

Presidente da Associação Paulista de Medicina entrega selo ao Hospital da Aeronáutica



Especializado em Terceiro Setor

A & M

Assessoria Contábil S/C Ltda.

Constituição de entidade
 Redução do custo de transação para definição de estatuto;
 Redução do custo social e das despesas registra-
 res; Registro junto ao Ministério Federal para inscrição na CNPJ;
 Implementação da entidade (CNPJ, estatuto, contrato);
 Orientação para obtenção de isenções e benefícios.

Manutenção de entidade
 Contabilidade;
 Balanço de pagamento;
 Controle dos prazos para manutenção das inscrições/inscrições;
 Redução dos prazos para manutenção das inscrições/inscrições;
 Assessoria e consultoria em procedimentos administrativos, financeiros;
 Relatórios periódicos para acompanhamento das atividades efetuadas.

(11) 5594-2713 / (11) 9115-7022

Contabilizando a Filantropia

Por

NILTON ANTONIO TIELLET BORGES

Como entidades sem fins lucrativos, instituições educacionais, de saúde e assistenciais podem melhorar sua contabilidade

Entidades sem fins lucrativos não estão proibidas de obterem lucros. O que elas não podem é distribuir os lucros

Há fatos evidentes na situação atual das entidades sem fins lucrativos que as tornam vulneráveis aos impulsos fiscalizatórios do poder público. Esses fatos, em sua maioria, estão ligados diretamente à necessidade de as entidades entenderem, de forma clara, sua essência e os direitos que possuem e, principalmente, qual o animus de sua atividade. É imprescindível dominar com clareza a dualidade “animus lucrandi” e “animus distribuendi”.

Para isso, as entidades sem fins lucrativos devem compreender com clareza o seu direito. Elas necessitam buscar o “animus lucrandi”, ou seja, precisam ter prosperidade - condição básica para a sobrevivência, consecução de seus objetivos e independência em relação ao Estado.

Segundo entendimento legal e jurisprudencial, não importa o “animus lucrandi”, pois as entidades sem fins lucrativos não estão proibidas de obterem lucros - leia-se resultados positivos - ou rendimentos. O que elas não podem ter é o “animus distribuendi”, isto é, distribuir os lucros, pois têm o dever de aplicar os rendimentos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

Para que esse direito seja assegurado, sem ferir o emaranhado de leis (por vezes até conflitantes) que regem a matéria, é imprescindível que os fins e os meios estejam definidos com harmonia e clareza em seu estatuto.

Nesse ponto a situação é bastante complicada porque, se examinarmos atentamente os dispositivos estatutários de inúmeras entidades, facilmente poderemos constatar uma verdadeira confusão entre fins e meios. Nada mais oportuno para a fiscalização, um grande espaço para arbitrariedades. E, se o problema for descumprimento estatutário, a entidade pouco ou nada poderá fazer em sua defesa.

Há, ainda, outra questão que também é reflexo direto da falta desse entendimento:

a contabilidade. Baseada em pressupostos equivocados, ela registra e gera informações erradas ou incompletas, quer por omissão de atos e fatos importantes, quer por falta de clareza. A documentação e os controles internos, se deficientes, agravam ainda mais a situação. É o efeito dominó.

Em outras palavras, como a maioria das entidades não tem consciência exata de suas obrigações e de seus direitos, sua contabilidade não atende às Normas Brasileiras de Contabilidade e, tampouco, aos princípios contábeis tidos e havidos como fundamentais, como competência, anualidade, cronologia e individualidade, entre outros quesitos.

A segregação de receitas e despesas, bem como as aplicações em assistência social (gratuidades), não são efetivadas com independência, clareza e transparência quanto à sua origem e destinação, causando distorções e dificuldades de análise e avaliação, seja pela própria administração, pela auditoria (externa ou interna) ou pelo Estado (CNAS, INSS).

Infelizmente, ainda é muito grande o número de entidades que não conseguem cumprir as exigências do CNAS, principalmente por serem administradas com base na intuição de seus gestores. Sabemos que várias podem ser as causas dessas situações. Entretanto, a responsabilidade pode ser atribuída, em parte, aos profissionais da contabilidade que não procuram buscar conceitos e técnicas em outras áreas de conhecimento como forma de melhorar seu potencial laborativo. Temos de ter consciência de que nossa formação necessita muito mais do que aquilo a que até agora conseguimos alcançar.

No tocante ao cumprimento das exigências fiscalizatórias, é importante frisar a urgente necessidade de adequação das entidades. Nesse sentido, focalizamos um ponto crítico: o custeio.

É necessário aperfeiçoar o custeio, tomando como paradigma as próprias definições de custeio (despesa) e receita. É importante saber mensurar e alocar os custos dos produtos e serviços da forma mais adequada possível. As entidades sem fins lucrativos, com poucas e raras exceções, agem sem a preocupação com o aperfeiçoamento de seu custeio, pois, em vez de privilegiarem o controle da despesa, dão maior importância à formação da receita.

Vejamos:

1. Os valores despendidos com o SUS, não cobertos por AIH (forma de pagamento) e a diferença entre o preço praticado e o recebido, é contabilizada como receita. O correto, como trata-se de uma despesa com Assistência à Saúde (gratuidade/filantropia), seria a contabilização do custo não recuperado como Assistência à Saúde, não importando que a contrapartida seja uma despesa.
2. Os valores gastos/aplicados em atendimentos gratuitos (ou parcialmente gratuitos) em escolas e hospitais com pessoas carentes são contabilizados na receita tendo como contrapartida uma despesa,

quando na realidade são despesas, custo.

3. Gastos com saúde, educação, hospedagem, seminários etc. com membros/sócios (religiosos e assemelhados) da própria entidade, nas suas unidades, são contabilizados na prestadora como receita quando, na verdade, trata-se de transferência interna. A produção própria de hortifrutigranjeiros contabilizada como receita é, na verdade, transferência interna. É formadora do custeio.
4. Produtos de fabricação própria (gráficas, editoras, audiovisual, vinícolas etc.) vendidos às unidades da entidade são contabilizados como receita. São, na verdade, transferência interna. Muitos fazem parte da formação do custeio.

Contabilizando dessa forma, as entidades estão gerando "ganho", transferindo dinheiro de um bolso para outro.

Salientamos que esses procedimentos, dentre outros:

- Alteram a formação do resultado operacional.

- Inflam o patrimônio da entidade.
- Deturpam toda e qualquer análise, não importando a finalidade.
- Ampliam as obrigações com o CNAS no que se refere à aplicação das gratuidades.
- Contrariam as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação em vigor.

É importante observar que a legislação vigente determina a aplicação anual em gratuidade, parcial ou total, de pelo menos 20% da receita bruta da venda de serviços e outras. A constitucionalidade ou não dessa regra, que representa o imposto da gratuidade, não está ainda decidida judicialmente, portanto, deve ser cumprida. A comprovação pela instituição do imposto da gratuidade deve ser efetivada pela contabilização correta dos benefícios advindos da "isenção" da Cota Patronal e do SAT e das aplicações em Assistência Social.

SOBRE O AUTOR

Nilton Antonio Tiellet Borges é auditor e assessor de inúmeras entidades filantrópicas. Fundador e diretor da Tiellet, Schmitt & Associados.
E-mail: tiellet@tsa.com.br

"O controle manual das gratuidades está com os dias contados...."

Aperfeiçoar, simplificar e facilitar a elaboração das **prestação de contas** das atividades sociais desenvolvidas pelas Associações, Institutos e Fundações aos órgãos públicos, são reais necessidades e podem significar o diferencial no momento da conquista das isenções fiscais, da captação de recursos públicos e da tomada de decisões gerenciais.

SiGRATS

Solução Integrada para Gestão da Gratuidade da Atividade Social

A "SiGRATS" É UMA SOLUÇÃO QUE:

- A** Controla as ações sociais gratuitas, dentro dos parâmetros legais nas áreas de educação, saúde e assistência social.
- B** Melhora o controle e compartilhamento das informações internas
- C** Gerencia as informações necessárias, adequando os requerimentos de isenções de impostos e contribuições sociais concedidas pelo governo
- D** Elabora automaticamente a prestação de contas dos recursos públicos (convênios, subversão ou patrocínio)
- E** Elabora de forma automática, os relatórios legais direcionados aos CNAS, INSS, MJ e conselhos Municipais

Breve
Lançamento

BENEFÍCIOS

A solução oferece os benefícios mais atualizados da tecnologia da informação, dentre eles:

- Acesso pela Internet
- Número ilimitado de usuários
- Biblioteca virtual dos documentos legais
- Segurança no armazenamento dos dados

MÓDULOS INDEPENDENTES

A "Sigrats" foi desenvolvida em módulos independentes, de fácil operação e, para se adequar às exigências e aos recursos de cada entidade, estes módulos se subdividem em:

- Módulo de qualificação
- Módulo de orçamentos
- Módulo de gratuidades
- Módulo de impostos
- Módulo de certificações públicas
- Módulo de facilitação de auditoria e controle

A **Econômica** disponibilizará aos clientes da "Sigrats", treinamento e suporte técnico.

O principal diferencial da "**Sigrats**" é que independe de instalação de qualquer software local, pode ser acessada a todo tempo, por qualquer usuário habilitado, em qualquer lugar e de qualquer equipamento conectado à Internet.



INFORMAÇÕES:

(11) 3161.5286 - Marcos Ferrari
E-mail: consultoria@economica.com.br
www.economica.com.br

CONTABILIDADE

Por

SERGIO ROBERTO MONELLO

Uma contabilidade eficaz e transparente

A contabilidade do Terceiro Setor deixou de ser sinônimo de mera escrituração e se transformou em um virtuoso sistema contábil

A contabilidade das entidades do Terceiro Setor, entre elas as beneficentes de assistência social, deve ser planejada, estruturada e organizada, utilizando-se da melhor forma técnica possível.

O Terceiro Setor, por ocupar um papel paraestatal, tem enorme responsabilidade na administração de seu patrimônio social, pois ele não pertence a seus associados, mas à coletividade. É um patrimônio do povo.

O povo é o seu principal destinatário e seu próprio fiscal.

As entidades do Terceiro Setor, regra geral, são ou pretendem ser declaradas de Utilidade Pública em seus vários níveis, ou declaradas pelo Conselho Nacional de Serviço Social - CNAS - como entidades beneficentes de assistência social, certificadas pelo Cebas. Sendo assim, essas entidades necessitam e devem se esmerar em cumprir fielmente seus objetivos estatutários e a lei.

Assim, a contabilidade, ao "controlar" o patrimônio social, mediante suas variações, vai declarar se as entidades estão sendo bem administradas e se estão efetivamente aplicando seus recursos em suas finalidades institucionais. Por isso, a contabilidade se firmou como elemento essencial à gestão e condição imperiosa da sustentabilidade econômica e instrumento indispensável à administração, testemunhando se a instituição está cumprindo fiel e plenamente com suas finalidades institucionais.

A contabilidade do Terceiro Setor deixou de ser sinônimo de mera escrituração e se transformou em um virtuoso sistema contábil e se integrou ao sistema de informações e controles internos das entidades, imprescindíveis aos gestores. Isso exige de todos os dirigentes permanente reflexão e estudos contábeis para a obtenção das informações desejadas.

O ponto fundamental no início dessa organização da técnica contábil deve ser a organização de seu plano de contas e cada instituição deve ter o seu próprio.

Dizer que se deve ter o seu próprio plano de contas significa enfatizar a necessidade de que a nomenclatura contábil deve responder às atividades próprias da instituição em consonância aos princípios e normas técnicas. Em



A contabilidade é o principal dossiê de sua entidade: ela pode comprovar sua atuação social, mas, se mal feita, pode também lhe enforcar

outras palavras, cada entidade beneficente tem o seu próprio caráter, sua própria finalidade, sua própria roupagem jurídica e, conseqüentemente, sua própria imagem contábil. Ele será um elemento norteador para a produção de informações contábeis úteis à gestão da entidade beneficente.

O Plano de Contas das Entidades Beneficentes deve ser específico às suas finalidades essenciais e deve estar atento às disposições estatutárias.

Nesse contexto, as informações contábeis passam a ter grande valor social na medida em que evidenciam as atividades desenvolvidas, os recursos captados e aplicados em suas atividades sociais, buscando evidenciar a integração econômica com a promoção humana, pela utilização do patrimônio, em sentido amplo, vertido aos seus fins sociais.

Assim, a contabilidade poderá espelhar, de forma clara, precisa e transparente, o atendimento das finalidades institucionais da entidade, sempre preenchendo todos os quesitos técnicos e legais.

Com a mudança e ampliação do universo de usuários das informações contábeis, torna-se imprescindível adequar as demonstrações contábeis, buscando evidenciar fielmente todos os projetos sociais desenvolvidos pela instituição do Terceiro Setor.

É nesse caminho que se sugere a divulgação e publicação do balanço social, como

elemento prestador de contas à sociedade, ao governo e aos associados dos valores sociais agregados, pelos projetos desenvolvidos.

Não basta fazer, é preciso fazer certo e demonstrar o que se fez!

As instituições do Terceiro Setor, tanto quanto as empresas, estão sujeitas às normas legais e técnicas. Com a evolução e rápido crescimento do Terceiro Setor em todo mundo, novas leis e normas específicas foram e estão surgindo para disciplinar os procedimentos contábeis a serem adotados. Assim sendo, a técnica contábil deve ser cumprida com a aplicabilidade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados no Brasil e das Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Vale citar que, entre essas normas, existem várias específicas ao Terceiro Setor, que orientam fundações, associações e aquelas entidades que são mantidas por subvenção, entre outras.

Um controle eficaz

A contabilidade deverá registrar todos os fatos contábeis e administrativos. Para que isso possa ocorrer, é de suma importância que a geração dessas informações esteja sedimentada em bons controles internos e em documentos idôneos. Assim, quem quer que seja - a própria entidade, os associados, a sociedade e o governo - terão informações adequadas, fiéis e seguras. Haverá efetivamente transparência.

Um caminho para a manutenção de adequado sistema de controles internos é a utilização da auditoria independente.

Por fim, agindo dentro da ética e no cumprimento das normas legais e adotando mecanismos de controle e transparência em sua gestão, estará demonstrando sua responsabilidade social em suas peças contábeis divulgadas, evidenciando o atendimento às suas finalidades institucionais.

SOBRE O AUTOR

Sergio Roberto Monello é professor de Contabilidade e Direito, sócio e diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.

Organize-se!

A organização como fundamento para uma vida melhor

Quando recebi o convite do editor da Revista Filantropia para escrever neste veículo de comunicação, fiquei contente por um lado e preocupado por outro. Contente porque gosto de escrever, principalmente quando tenho a oportunidade de falar de um dos meus temas favoritos: organização.

Já a minha preocupação advém justamente em função do tema a ser tratado. Eu fico me perguntando: será que as pessoas vão querer ler sobre organização em uma revista que trata de filantropia? Talvez seja uma preocupação exacerbada. Afinal, tenho falado sobre organização para as mais diferentes platéias - sempre com boa receptividade.

Vou começar explicando o meu conceito de organização.

Toda Organização - quando escrevo com letra maiúscula estou me referindo a uma instituição - é composta por três elementos: pessoas, processos de negócio e tecnologias da informação. Esses três elementos têm por finalidade atender a clientes, consumidores, cidadãos. É neste ponto que começamos a falar de organização.

Qualquer que seja a instituição - privada, pública, militar, religiosa, filantrópica, com fins lucrativos ou sem - precisa ser organizada, para que possa cumprir corretamente sua função.

Tomemos como exemplo uma casa de ajuda a crianças abandonadas ou um asilo de idosos, e imaginemos que essas instituições possam ser geridas na base do esforço pessoal de uns poucos, heroicamente! Nada de organização, de controle financeiro, de controle com os gastos. Nada! Dessa forma, coitado, até Deus pararia de ajudar!

O que chamamos de Terceiro Setor teve de mudar para sobreviver, especialmente nas últimas décadas do século 20. Primeiro, porque a humanidade insiste em subtrair, em detrimento do "dividir", além de a corrupção ter aumentado e o número de corruptos, para manter a compostura e não dizer ladrões, também. Todos os dias lemos nos jornais que

o número de miseráveis no mundo aumentou, o número de crianças que não chegam ao primeiro ano de vida aumentou, o número dos que vão morrer de fome aumentou e que a concentração mundial de renda aumentou ainda mais. Em um cenário como esse é imprescindível que façamos alguma coisa, mas quaisquer que sejam nossas ações têm de ser organizadas para que efetivamente possam resultar em "ações de valor".

Por tudo isso: organizar é preciso!

Aliás, um dos exemplos que mais gosto de citar para meus interlocutores é a Pastoral da Criança, administrada por Zilda Arns. Essa instituição tem presença em todos os estados

Somente a instituição
organizada sabe
o que ganha
e o quanto gasta

DEZ PRINCÍPIOS PARA ORGANIZAR-SE:

1. Conhecer bem os objetivos da instituição.
2. Definir quais serão os "produtos" da instituição.
3. Definir o público alvo.
4. Definir como a estrutura da instituição será organizada.
5. Definir os processos que "produzirão" os produtos da instituição.
6. Definir os processos que "suportarão" os processos primários.
7. Criar os controles financeiros.
8. Definir a captação dos recursos.
9. Criar controles operacionais.
10. Não fazer nada de improviso a não ser que se queira acabar com a instituição.

Na próxima edição, publicaremos uma explicação detalhada de cada um desses itens.

brasileiros e está exportando know-how para países tão ou mais pobres do que o nosso. Isso significa o reconhecimento de que a instituição está produzindo um serviço de valor, embora não tenha fins lucrativos. É por isso que organizar é preciso. Quando organizamos uma instituição, qualquer que seja a natureza dela, além de podermos fazer mais e melhor com os recursos que temos, evitamos desperdícios, economizamos e criamos as bases para que a instituição não acabe como tantas, envolvidas em escândalos que invariavelmente as extingue!

Lembre-se: somente a instituição organizada sabe o que ganha e o quanto gasta. 

SOBRE O AUTOR

Tadeu Cruz. Administrador de empresas, bacharel em Filosofia, engenheiro de sistemas e mestrando em sistemas da informação. Criou e coordenou o primeiro curso de pós-graduação *latu sensu* sobre e-business para uma universidade em São Paulo e para diversas universidades latino-americanas.

Por

ANA PAULA C. CUNHA E

ALESSANDRA FERNANDES ZEPPELINI

Planos de Saúde

Veja algumas dicas antes de investir na saúde de seus funcionários

A implantação de um plano de assistência médica aos funcionários de uma instituição deve passar por várias fases de análises e decisões, que vão desde a escolha do sistema adequado, tipos de planos, fornecedor ou administrador até a decisão pela população que será coberta pelo plano (funcionários ou funcionários + dependentes).

Sistemas de assistência

Planos Segurados. Comercializados por seguradoras, que geralmente negociam um sistema de pré-pagamento, com um nível de sinistralidade (receitas menos despesas) para o período de vigência do contrato. Os planos Segurados são adequados às instituições que possuam um número pequeno de funcionários, nas quais o risco de oscilação do custo de saúde seria assumido pela seguradora e não pela instituição.

Planos Auto-Segurados ou próprio. Mantidos pelas próprias instituições, podem tanto ser administrados pela equipe de RH interna (auto-administrado) quanto por terceiros. Existem empresas especializadas em fornecer esse tipo de serviço de administração de planos médicos, cujas responsabilidades principais são gerenciar a rede de médicos, laboratórios, clínicas e hospitais credenciados, efetuar auditoria das contas, realizar os pagamentos aos credenciados e apresentar relatórios à instituição que os contratou, entre outras tarefas.

Os planos Auto-Segurados são indicados às instituições que, por uma composição entre número de funcionários e capacidade de geração de caixa (fluxo financeiro), possam arcar com a oscilação das despesas médicas que serão efetuadas pelos funcionários. Nesse aspecto, as despesas que mais impactam o custo de um plano de assistência médica são as chamadas de "grande risco", que envolvem cirurgias e internações. Portanto, a primeira grande

diferença entre os sistemas Segurado e Auto-Segurado é que, no primeiro, é a seguradora quem deve formar caixa suficiente para arcar com as oscilações das despesas médicas dos segurados e não a instituição, mas, em contrapartida, a tarifa mensal a ser paga à seguradora certamente incluirá uma margem de segurança, além da própria lucratividade esperada pela seguradora com a apólice.

A outra grande diferença é que o plano Auto-Segurado ou Próprio dá à instituição uma maior flexibilidade na escolha e gerenciamento da rede credenciada, que pode incluir alguns poucos prestadores, facilitando assim o controle e reduzindo custo, ou ser mais abrangente para dar maior cobertura aos funcionários.

Medicina de Grupo e Cooperativa Médica. Apesar de bem distintos do sistema Segurado, na prática, para a instituição, funcionam de forma similar quando a opção é pelo pré-pagamento (ou mensalidade).

Quanto aos tipos de planos, os fatores que mais impactam o custo são o tipo de internação, a abrangência da rede credenciada e também a existência de opção por sistema de reembolso (possibilidade de utilização de prestadores fora da rede credenciada).

Os tipos de internação podem ser em enfermaria, quarto semiprivativo e quarto privativo, com ou sem direito a acompanhante.

A abrangência da rede credenciada também tem grande impacto no custo mensal do plano, principalmente se os planos incluem as clínicas, laboratórios e hospitais de primeira linha.

A possibilidade de utilização de reembolso pelos funcionários das instituições, permitindo que eles não fiquem limitados a uma lista de prestadores credenciados e que possam optar pelos profissionais de sua escolha,

A possibilidade de utilização de reembolso pelos funcionários encarece o custo mensal do plano de assistência médica

também encarece o custo mensal do plano de assistência médica.

Existem inúmeros prestadores no mercado que oferecem várias opções de planos, que certamente abrangerão as características descritas acima. A escolha pelo fornecedor também deve ser feita de modo criterioso começando pela investigação da saúde financeira da empresa, da sua capacidade operacional (tempo de inclusão de novos funcionários no plano, capacidade de geração de informações, tempo de processamento de reembolsos), de seu relacionamento com a rede de credenciados (para evitar grande número de descredenciamentos) e, principalmente, pela análise de seus clientes. Como as operadoras de planos médicos sempre aparecem entre as campeãs de reclamações no Procon, é sempre bom levantar a lista dos principais clientes pessoa jurídica e entrar em contato com alguns deles para atestar a qualidade do serviço prestado.

Quanto à população abrangida pelo plano, geralmente, o mercado oferece cobertura aos funcionários e dependentes (cônjuge e filhos até 21 anos, ou 24 anos, se estudante).

Para as instituições que atuam na área de saúde (hospitais e clínicas, entre outras) e que geralmente concedem assistência médica aos seus funcionários, que consiste na utilização de suas próprias instalações e corpo clínico, fica a pergunta: será que existe uma melhor relação custo x benefício na contratação de uma rede credenciada mais abrangente, com outro operador do mercado de saúde? 

SOBRE O AUTOR

Ana Paula Carneiro da Cunha é gerente de Recursos Humanos especializada em Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Alessandra Fernandes Zeppelini é diretora de Recursos Humanos especializada em Remuneração, Benefícios e Desenvolvimento.

Campanha destina verbas a deficientes físicos

Por

JOSÉ CARLOS COSTA DE ANDRADE

Campanha Nacional de Protetização de Deficientes disponibilizou R\$ 21 milhões para atender 100 mil pessoas até dezembro

O Ministério da Saúde instituiu, em 18 de junho passado, a Portaria nº 1.130 (publicada no DOU nº 116, de 19 de junho), a Campanha Nacional de Protetização para Pessoas Portadoras de Deficiência Física, a ser realizada no período de julho a dezembro de 2002. A Campanha foi dividida em duas etapas: a primeira, entre julho a setembro. Já a segunda, irá de outubro a dezembro. Mesmo com a falta de informação operacional, pode-se verificar em pontos-chave do sistema - como em algumas secretarias municipais e estaduais - que ainda há tempo de as entidades do setor se movimentarem no sentido de captar auxílio para alguns dos deficientes físicos assistidos.

Traduzindo os termos médico-administrativos da Portaria, essa Campanha visa a distribuir recursos para compra de órteses (mecanismos que ampliam a função biológica de órgãos ou sentidos que apresentem deficiência como, por exemplo, de óculos, aparelhos para surdez, aparelhos de correção física/sustentação) e de próteses (órgãos artificiais para substituição de membros, glândulas e de outras partes do corpo).

O programa prevê o fornecimento de órteses, próteses e também de tratamentos especiais requeridos por pessoas com deficiência física, incluindo fisioterapia, treinamento e assistência psicológica. Há muita utilidade e mérito em campanhas como essa. Elas reduzem ou amenizam as necessidades e/ou sofrimentos dos deficientes físicos, possibilitando ainda que as entidades filantrópicas ampliem o apoio para todas as categorias de pacientes que necessitem de serviços assistenciais, próteses, órteses e respectivos tratamentos.

Mecanismo operacional

Por intermédio do Ministério da Saúde, o Governo Federal alocou R\$21 milhões para a Campanha até dezembro, prevendo atender a cerca de 100 mil pacientes. A verba acima está sendo disponibilizada para as secretarias

estaduais de saúde. Elas, por sua vez, fazem a transferência para as secretarias municipais de saúde, estas últimas encarregadas de captar os pedidos individuais de atendimento por intermédio de sua rede de postos de saúde municipais e de unidades credenciadas pelo SUS.

O secretário federal de Assistência à Saúde, Renilson de Souza, afirmou à Folha de São Paulo, na edição de 21 de agosto, que esse valor é estimado, já que o programa "não tem limite de verbas e que todos os que precisarem serão atendidos". Conforme a Portaria, ainda restam cerca de quatro meses para vigência da Campanha, com possibilidades de que ela continue ao longo do próximo ano e dos seguintes.

A inscrição no sistema deverá ser feita individualmente em todos os estabelecimentos credenciados pelo SUS (postos de saúde, entre outros), por meio de consulta/avaliação, com o preenchimento de um formulário assinado por um médico responsável. Uma entidade filantrópica ou uma ONG, por exemplo, não poderão entrar com pedidos em bloco para o atendimento de mais de um deficiente físico. No entanto, poderão divulgar a Campanha, orientar e encaminhar, separadamente, qualquer número de pacientes para atendimento individual nos locais credenciados.

Entre as entidades credenciadas pelo SUS para atendimento na Grande São Paulo, além das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, estão a Santa Casa de Misericórdia, a Divisão de Medicina e Reabilitação do Hospital das Clínicas, o Lar Escola São Francisco e a AACD.

Informações do Programa Avança Brasil dão conta que está implantado o Sistema Nacional de Informação sobre Deficiência em 18 Núcleos Regionais, que foram criados ainda quatro núcleos de reabilitação e que, até abril deste ano, haviam sido capacitadas pela Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão do Ministério da Justiça, 1.500 pessoas para

atender e defender os direitos dos portadores de deficiência em todo o País.

Falta informação

Na elaboração desta reportagem, mesmo um mês após a publicação da Portaria, contatou-se a falta de informação sobre a Campanha na base da pirâmide - nas secretarias municipais, estaduais e nos postos de saúde, locais prioritários para o cadastramento e origem da demanda/atendimento. Fato esse que compromete o espectro de abrangência da campanha (veja, no final da matéria, uma lista de entidades/órgãos e telefones para informações).

Para que a Campanha alcançasse maior abrangência, o Ministério da Saúde poderia ter trabalhado com as entidades filantrópicas. Se dessa forma procedesse, antes da publicação da Portaria, ele realizaria uma ampla pesquisa em todo o País em conjunto com todos os órgãos e entidades voltadas aos deficientes físicos, no sentido de fazer um levantamento criterioso (nome, endereço, grau e tipo de deficiência, centro de apoio mais próximo para atendimento) da clientela necessitada no âmbito de cada região, cada estado, cada município, cada entidade credenciada, visando a estabelecer as necessidades financeiras e logísticas da



Informações

- Disk Saúde (federal) 0800611997 - serviço altamente profissional. A ligação é gratuita e atende chamadas de todo o País. Ligue munido de boa dose de paciência, pois o atendimento pode demorar. Porém, depois que o procedimento for iniciado, você se sentirá gratificado.
- Disk Saúde (estadual) telefone 1520.
- Disk Deficientes: (11) 4181-8866 e (11) 4181-2232.
- Setor de Órtese e Prótese do Núcleo de Saúde (Gde S. Paulo): (11) 3259-2684/(11) 3259-0796.
- Secretarias Estaduais de Saúde.
- Secretarias Municipais de Saúde.
- Ministério da Saúde (www.brasil.gov)

Por
RICARDO DE SOUZA SANTOS FALCÃO

Elaboração de projetos e captação de recursos

Ser claro e objetivo é imprescindível para um bom projeto que, como qualquer planejamento, deve cumprir etapas e demarcar prazos



Hoje se faz necessário uma mudança em nosso entendimento do que é um projeto. Um livro ou uma tese de mestrado podem ser objetivos de projeto, mas não são "um projeto".

Um projeto é, antes de tudo, um plano de trabalho e, portanto, uma atividade de planejamento. Como toda e qualquer atividade de planejamento, um projeto precisa responder a três perguntas básicas:

- Onde estou?
- Onde quero chegar?
- Como chegar lá?

No passado, era comum vermos um projeto que mais parecia uma péssima tese de mestrado. Tinha, no mínimo, 50 páginas, não era claro e procurava mostrar mais os conhecimentos do autor do que os seus objetivos.

Hoje, nós sabemos que um projeto tem de ser simples e claro, ter objetivos geral, específico e de atividades, ter indicadores mensuráveis, beneficiários, cronograma e orçamento.

Um projeto precisa ter também mercado

- de nada adianta desenvolvermos um projeto

Devemos ter em mente que não vamos pedir um "dinheirinho", mas propor um investimento

perfeito em todos os aspectos, se não encontramos quem o financie, se não encontrarmos um mercado para ele.

Isso exige que pensemos um projeto como um produto a ser lançado. Escrever um bom projeto é trabalhoso, demorado e caro. Gastar o tempo e dinheiro escrevendo projetos sem antes sabermos se existe mercado para ele é um grande erro.

Passo-a-passo

Um bom projeto deve ter, no mínimo, os seguintes tópicos:

1. Instituição
2. Justificativa do projeto
3. Objetivo geral
4. Objetivo específico
5. Atividades
6. Indicadores/verificação
7. Fatores de risco e mitigantes
8. Metodologia
9. Cronograma
10. Orçamento

Diferentes instituições usam diferentes nomes para os tópicos acima, portanto, o importante aí é verificar o conceito representado por cada item.

Antes de elaborar o projeto completo, sugerimos que uma pesquisa de mercado seja feita com um "pré-projeto", composto pelos três primeiros tópicos, sendo que a duração e custo do projeto serão estimados. Sendo a elaboração de projeto atividade de planejamento, deve ser feita em grupo e, portanto, ao se realizar a pesquisa entre beneficiários e possíveis sócios, eles devem ser convidados a participarem da elaboração do projeto.

Ao escrever o projeto, procure usar linguagem adequada à instituição que irá recebê-lo, seja objetivo e resalte as partes positivas como auto-sustentabilidade, credibilidade e experiência na área.

Todas as atividades que envolvem a elaboração do projeto devem ser levantadas, analisadas e suas ações planejadas, o mais profissionalmente possível.

Vendendo uma idéia

Captar recursos é, antes de mais nada, vender uma idéia. O que vamos discutir é "como" vender essa idéia.

É preciso vender a idéia certa para a pessoa certa, na hora certa e tudo isso feito pela pessoa certa. Não existe fórmula mágica, o que existe e sempre vai existir é uma parte de preparação e uma parte de habilidade, intuição, bom senso e sorte.

Atualmente, a grande fonte de recurso para nossos projetos é a iniciativa privada. Recursos internacionais estão cada vez mais escassos e os governamentais, muito burocráticos. Hoje, até mesmo os organismos internacionais exigem melhor preparação para a captação de recursos.

O problema mais comum que nos depa-ramos é causado por nossa formação cultural. Temos por hábito pedir um "dinheirinho", em vez de tentar "vender uma idéia".

DICAS PARA UMA BOA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

- Quem pede um "dinheirinho" leva um trocado, quem propõe um investimento capta recursos.
- Ter em mente que essas pessoas estão acostumadas a negociarem. Por isso, devemos praticar, ensaiando com alguém que não conheça o projeto, até estarmos seguros e confiantes.
- Evite emitir opiniões políticas, religiosas ou outras do gênero.
- Seja breve e deixe tempo para perguntas.
- Ouça as opiniões do possível investidor sem nunca descartá-las.

A idéia de se colocar um projeto embaixo do braço e sair batendo de porta em porta está sendo substituída por uma atitude mais profissional. É preciso dar a idéia, o mesmo tratamento que as empresas dão aos seus produtos.

Pesquisas de mercado são fundamentais para a captação de recursos, determinando o que vender, para quem vender e quando vender.

O que vender?

Nossa preocupação deve ser em apresentar uma idéia que, dali para frente, chamaremos de projeto - consistente, que tenha início, meio e fim. Que tenha meios de acompanhamento/formas de verificação e indicadores de resultado.

Para quem vender?

É necessário pesquisar quem seria o seu mercado, a quem interessaria o seu projeto, qual o tipo de empresa, seus interesses, em que tipos de projeto já investiu e, acima de tudo, que retorno o investidor teria.

Quando vender?

Precisamos saber qual a situação da empresa - se está pensando em se expandir, se tem

dívidas na praça, se está contratando ou demitindo. Enfim, determinar se este é o momento adequado para apresentar seu projeto.

O captador de recursos

Nem todos nós nascemos para vender, mas, com a devida preparação, quase todos nós podemos fazê-lo. Essa preparação inclui:

1. Lembrar que, antes de vender o projeto, nós vamos vender a nossa imagem, a imagem da instituição que representamos e, por fim, o projeto;
2. Conhecer profundamente o projeto que estamos apresentando;
3. Uma atitude adequada é tão fundamental quanto a roupa e a linguagem adequadas. Para isso, devemos ter em mente que não vamos pedir um "dinheirinho", mas propor um investimento.

Outro problema cultural que devemos superar é a tendência para vender miséria. O que vende é sucesso. 



Captar recursos é, antes de mais nada, vender uma idéia

SOBRE O AUTOR

Ricardo de Souza Santos Falcão. Economista, sócio-gerente da RFalcão Consultoria e Planejamento Ltda. Consultor na área de elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos, planejamento, gestão estratégica, captação de recursos e instrutor do Curso de Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos do IEE-PUC/SP, Ibmam/RJ e cursos de Pós-Graduação da PUC-MG, Prepes, entre outros. 27 anos de experiência profissional, com 17 deles dedicados ao gerenciamento, elaboração, avaliação de projetos e sua captação de recursos na iniciativa privada, Nações Unidas, United States Agency for International Development e em organizações da sociedade civil. E-mail: r.falcao@terra.com.br.

AUDITUS

Consultoria & Auditoria Independente

www.
auditus
.com.br

Fone

(11) **3661-9933**

Principais Executivos
e Responsáveis Técnicos

- Ricardo Monello
- Carmo Antônio Marino
- Alexandre Moreira de Sousa



Serviços Prestados

- ✓ Auditoria Contábil
- ✓ Consultorias
- ✓ Implantação e Supervisão de Sistema de Controles Internos
- ✓ Levantamento e Controle de Bens do Ativo Imobilizado
- ✓ Reavaliação de Ativos
- ✓ Acompanhamento e parecer sobre Fusões, Incorporações e Cisões/Desmembramentos
- ✓ Perícias (MPAS, CNAS, Ministério da Justiça)
- ✓ Planejamento Estratégico
- ✓ Cursos e Treinamentos
- ✓ Desenvolvimento do BALANÇO SOCIAL

Vitrine Responsável

Parceiros da Vida e Shopping Plaza Sul inauguram a primeira loja de produtos solidários do País

A organização não-governamental Parceiros da Vida, de São Paulo, está lançando a primeira world shop brasileira, uma vitrine para produtos solidários - artigos artesanais confeccionados por outras ONGs, instituições filantrópicas e comunidades organizadas em torno de programas de geração de renda.

A loja, que será inaugurada no Shopping Plaza Sul, em setembro, segue a fórmula do "comércio justo" (fair trade), um movimento criado há cerca de 40 anos na Europa. Lá, já são mais de 2,5 mil world shops faturando mais de US\$ 15 milhões por ano.

"O principal objetivo da loja é gerar trabalho e renda para as organizações sociais e famílias que morem fora dos grandes centros, inibindo as correntes migratórias e criando canais de comercialização para o escoamento dos produtos que essas organizações sociais e famílias fabriquem. Dessa forma, elas poderão permanecer em suas cidades de origem, já que novas perspectivas de mercado serão geradas para a venda dos artigos por elas confeccionados", esclarece o profissional de Comunicação, Fernando Credidio, presidente da Parceiros da Vida.

Desenvolvimento Sustentado

O "comércio justo" é resultado de uma parceria entre produtores e consumidores, que trabalham unidos para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros, visando a aumentar o seu acesso ao mercado e, principalmente, a promover o processo de desenvolvimento sustentado.

O projeto procura criar, também, meios e oportunidades para a melhoria das condições de vida e de trabalho, especialmente dos pequenos produtores menos favorecidos. O objetivo é promover a equidade social, a proteção ao meio ambiente e a segurança econômica por meio do comércio e da promoção de campanhas de conscientização.

O movimento envolve, atualmente, mais de cinco centenas de produtores no Hemisfério

Sul, múltiplas organizações de exportadores e importadores e aproximadamente 2.500 lojas de artigos solidários somente na Europa. "As world shops são um sucesso nos países desenvolvidos e serão igualmente bem-sucedidas aqui, no nosso País, uma vez que o brasileiro é um dos povos mais solidários do mundo. Tal fato ficou comprovado em 2001, com o sucesso do Ano Internacional do Voluntário", declara Credidio.

Parceria e Responsabilidade Social

A abertura da primeira loja somente foi possível graças a uma parceria firmada com o Shopping Plaza Sul - por onde circulam mais de um milhão de pessoas todos os meses -, um dos quatro centros comerciais mantidos pelo grupo Plaza Shopping Empreendimentos, conglomerado que controla outros estabelecimentos do gênero, como os shopping Paulista, West Plaza e Higienópolis, todos localizados em São Paulo.

Por meio desse projeto, o Plaza Sul passa a ser o primeiro shopping center do País a apoiar uma ação social em caráter contínuo, sem que esse apoio esteja atrelado a campanhas institucionais e promocionais costumeiramente adotadas para divulgar sua marca nas datas mais importantes do calendário do varejo.

Segundo Fernando Credidio, essa é uma tendência do mundo corporativo: "Como os recursos do Poder Público são escassos e, na maioria das vezes, mal empregados, cabe às empresas e aos elementos da sociedade serem os agentes sociais no processo de desenvolvimento do País, contribuindo ativamente nessa missão", explica o presidente da Parceiros da Vida.

Marco Antonio Pathé, superintendente do Shopping Plaza Sul, compartilha dessa opinião e acrescenta: "Os shopping centers são vetores de crescimento e estão cada vez mais focados, com identidade forte e sabendo a quem vão atender. Com os serviços, marcas e produtos mais parecidos, os centros de compras bus-

cam constantemente diferenciais valorizados". Para Pathé, ao mesmo tempo que os centros comerciais estão identificados com seu público potencial, surge aí uma grande oportunidade de apostar no projeto. "Estamos cedendo um espaço em uma de nossas áreas mais nobres, sem a cobrança de luvas, aluguel, condomínio e fundos de promoção".

Franchising e Quiosques

O plano também prevê a implantação de outras lojas em shopping centers de todo o País, no processo de franchising - sistema que já responde por mais de 25% do faturamento bruto do varejo brasileiro.

Da mesma forma, a Parceiros da Vida montará quiosques - cujo mix de produtos será semelhante ao do comercializado nas lojas - seguindo o conceito store in store (uma loja dentro de outra), em espaços alternativos como redes de hipermercados, academias de ginástica, hotéis, postos de gasolina, clubes, campi de universidades, parques temáticos, museus, livrarias e cafés, entre outros que costumam receber um grande fluxo de pessoas. Os quiosques serão implantados também em shopping centers onde não haja espaço disponível para a instalação de uma world shop tradicional.

Até o fim de 2003, a meta é abrir pelo menos 30 franquias das lojas e quiosques no País, a maioria nas cidades das regiões Sul e Sudeste. "A combinação mais gloriosa para qualquer profissional é gostar do que faz, ajudar pessoas e ser remunerado por seu trabalho. Por isso, temos recebido diversas consultas para a abertura de pontos de venda", afirma Credidio.

Informações

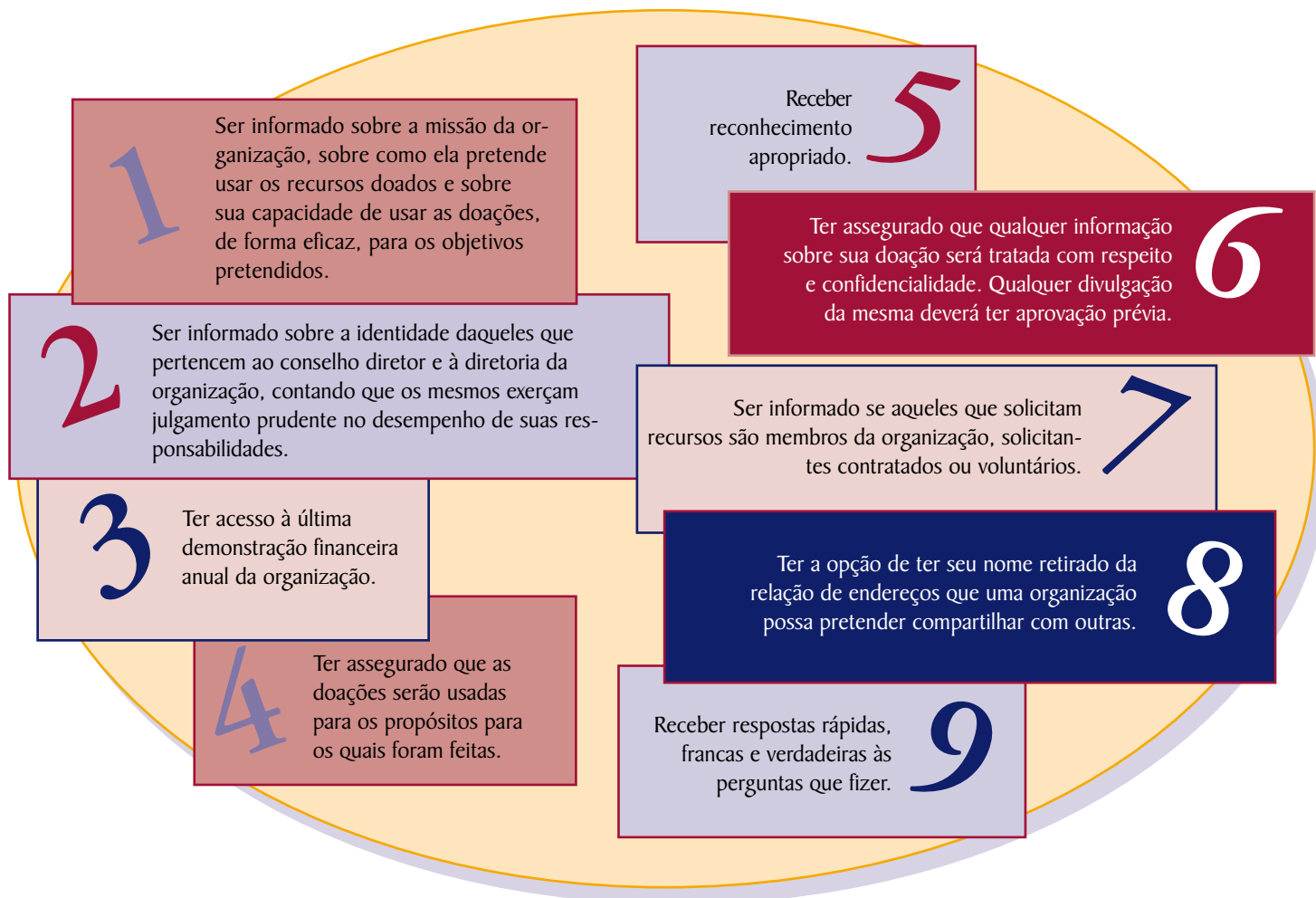
Parceiros da Vida
Fone: (11) 3341-7195
Fax: (11) 3341-6076

parceirosdavid@parceirosdavid.org
worldshop@parceirosdavid.org

Se você é doador, ou entidade que capta recursos, conheça alguns preceitos a respeito do tema obedecidos pela ABCR - Associação Brasileira dos Captadores de Recursos

Estatuto dos direitos do doador

A filantropia baseia-se em ação voluntária para o bem comum. A ação de dar e compartilhar contribui para a qualidade da vida. Devemos assegurar que a filantropia mereça o respeito e o apoio do público em geral. Para que os doadores tenham plena confiança nas organizações sem fins lucrativos e nas causas que são chamados a apoiar, a ABCR declara que todo doador tem os seguintes direitos:



Nota: O Código de Ética e o Estatuto dos Direitos do Doador foram aprovados na Assembléia Geral de Constituição da ABCR, realizada em 7 de dezembro de 1999, e registrados sob nº 23.085, no 5º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital do Estado de São Paulo.

Informações

Extraído do livro *Captação de Recursos - Fund Raising* - Conhecendo Melhor Porque as Pessoas Contribuem, do professor Custódio Pereira

Questionário de Motivação Pessoal

Instrumento para apoiar a definição de padrões e relacionamento com voluntários conforme o perfil de motivação.

1 Sinto-me melhor com os outros quando...

- ☐ A Eu os dirijo
☐ B Eles me aceitam
☐ C Aprendo alguma coisa com eles

2 Sinto-me bem comigo mesmo quando...

- ☐ A Procuro ser líder
☐ B Adapto-me ao grupo
☐ C Atuo por um ideal

3 Eu me esforço mais quando...

- ☐ A Existe dinheiro no meio
☐ B Reconhecem meu esforço
☐ C Gosto do que tenho de fazer

4 Tenho mais medo da...

- ☐ A Pobreza
☐ B Solidão
☐ C Falta de sentido na vida

5 Costumo impressionar os demais me apresentando como...

- ☐ A Sagaz
☐ B Carinhoso e comprometido
☐ C Culto e inteligente

6 Diante do fracasso eu...

- ☐ A Sinto que desrespeitaram meus direitos
☐ B Procuro consolo nos outros
☐ C Procuro uma explicação que me ajude a melhorar

7 O que mais valorizo é...

- ☐ A Êxito econômico
☐ B A companhia de minha família
☐ C Êxito profissional

8 Para vencer as dificuldades eu...

- ☐ A Uso todas as minhas forças
☐ B Preciso de ajuda dos demais
☐ C Conito com a minha formação superior

Instruções:

Leia cuidadosamente cada frase incompleta e distribua dez pontos nos três diferentes complementos. Marque mais pontos ao complemento com o qual se identifica mais, e menos pontos nos demais.

Exemplo:

O que eu mais desejo na vida é:

- 4 A Ser rico e famoso
 6 B Ser apreciado pelos demais
 0 C Me dedicar às Artes Plásticas

Você pode utilizar qualquer combinação que some dez pontos. Verifique se não há nem mais nem menos do que dez pontos em seu somatório. Este ques-

tionário não é um exame nem tem respostas boas ou más. Somente busca a obtenção de informações úteis para o seu conhecimento. Portanto, é importante que você seja muito espontâneo e honesto ao respondê-lo. Da mesma maneira, tenha cuidado em responder o que você realmente é, e não o que gostaria de ser. Uma vez terminado o inventário, some os pontos referentes a cada alternativa e transporte os totais para o resumo.

Informações

Extraído do Livro:
 "Voluntariado na Empresa – Gestão Eficiente da Participação cidadã"
 Mônica Beatriz Galiano Corullán, Barnabé Medeiros Filho
 Editora Fundação Peirópolis

Análise das respostas

Quem obteve mais respostas "a" relaciona-se mais com o poder, enquanto quem somou mais respostas "b" relaciona-se com emoção e afeição. Já a maioria de respostas "c" indica propensão à realização pessoal.

Como tratar com cada tipo de candidato a voluntário para obter maior satisfação e resultados eficientes?

Pessoas com maioria de pontos "A" motivam-se mais por meio de:

- Trabalhos que permitam persuadir os outros.
- Trabalhos que lhes permitam interagir com altos dirigentes.
- Trabalhos que lhes ofereçam oportunidade de ensinar os outros.
- Reconhecimentos que tenham ampla visibilidade (pela imprensa, por exemplo) e que sejam vistos por pessoas com poder de decisão.
- Reconhecimentos que atestem sua influência.
- Cartas aos familiares enfatizando o impacto obtido para beneficiar a instituição, os clientes, a comunidade.
- Trabalhos que ofereçam maior responsabilidade e autoridade.
- Notas personalizadas dos supervisores e altos dirigentes agradecendo seu aporte para melhorar a comunidade.
- Oportunidade para contribuir para o estabelecimento de metas.
- Oportunidade para inovar, questionar e debater decisões.
- Possibilidade de exprimir suas idéias.
- Oportunidade de negociar.
- Oportunidade de gestão com corpos legislativos e comitês.
- Envolvimento nas decisões que afetarem o futuro do programa.
- Contatos nas áreas de Relações Públicas e de Mídia.
- Oportunidades para treinamentos fora da organização.
- Formar parte de mesas redondas e debates públicos.
- Oportunidades para escrever artigos, publicações, livros etc.

Pessoas com maioria de pontos "B" motivam-se mais com:

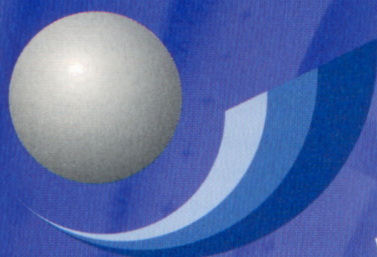
- Reconhecimento na presença de colegas e membros da família.
- Menção nos boletins ou comunicados internos da empresa.
- Nome ou fotografia em áreas públicas da organização.
- Um bilhete personalizado enviado pelo supervisor da empresa.
- Um supervisor que se lembre do aniversário ou de datas importantes.
- Oportunidade para falar de seu trabalho.

- Cartas a membros da família agradecendo que compartilhem o tempo do voluntário com a organização.
- Cartas de clientes ou de outras organizações da comunidade.
- Avaliações que mostrem o êxito com os talentos interpessoais.
- Felicitações com seus amigos.
- Expressões de afeto e apreço pelo seu trabalho.
- Treinamentos e capacitações personalizadas no trabalho.

Pessoas com maioria de pontos "C" motivam-se mais com:

- Oportunidades para participar em tomadas de decisões relativas a metas e resultados.
- Delegação de responsabilidades.
- Oportunidades para criar idéias inovadoras e conseguir suas metas.
- Divulgação em locais públicos de placas e reconhecimentos.
- Trabalhos com avaliações constantes para marcar os êxitos.
- Algum prêmio ou reconhecimento por um programa específico.
- Trabalhos que ofereçam maior responsabilidade.
- Trabalhos com metas claras e fáceis de medir.
- Trabalhos que ofereçam oportunidades de superar um recorde numérico (financeiro, pessoas atendidas, tempo utilizado...).
- Notas personalizadas do supervisor.
- Oportunidade de se sentir parte integrante do todo.
- Convite para participar de melhorias de eficiência da organização.
- Oportunidade para visitar e inspecionar instalações da organização.
- Informação com antecedência da pauta das reuniões.
- Compartilhamento das necessidades institucionais.
- Cartas de felicitação dos conselhos diretos por resultados específicos.
- Oportunidades para questionar decisões.
- Envolvimento nas decisões que venham afetá-las.

Filantropia? Conte com a gente.



Visite nosso website:
www.tsa.com.br

e tire suas dúvidas através do SOS Filantropia

Somos uma empresa especializada em auditoria, consultoria, assessoria e sistemas voltados a entidades filantrópicas (hospitais e escolas), com experiência em mais de 200 estabelecimentos em todo o Brasil. Sob a responsabilidade técnica do Contador **Nilton Antônio Tiellet Borges**, com registro na CVM, conquistamos, ao longo dos últimos 13 anos, qualidade e eficiência, aliadas ao profissionalismo sério e dinâmico. Com uma equipe de profissionais competentes nesse segmento, a TSA está preparada para proporcionar à sua Entidade a tranquilidade de ter realizado um ótimo investimento.

Tiellet, Schmitt & Associados
 consultoria sistemas

Av. Nova York, 10/402 • Porto Alegre/RS • CEP 90550-070 • Fone/Fax: (51) 3325.2080 • E-mail: tsa@tsa.com.br

TRIBUTO A

ADIB SALOMÃO

O Terceiro Setor está de luto, pois perdeu, no mês passado, um fiel escudeiro da defesa educacional filantrópica.

Nascido no Rio Grande do Sul, o advogado Adib Salomão exerceu inúmeras atividades públicas, notadamente na área da Educação, na qual foi secretário Municipal de Educação e Cultura de Rio Grande e secretário de Estado para os Negócios de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

Na esfera privada, assessorou juridicamente os sindicatos das escolas particulares

de diversos estados do País, além de ter sido diretor jurídico da Federación de Asociaciones Educativas Privadas Latino-Americanas e da Confederação Mundial de Educação Privada.

Os relevantes serviços prestados por Adib Salomão, sobretudo para a educação brasileira, serão lembrados por muitas gerações, em especial por mim, que com ele muito aprendi.

Marcos Biasoli
Diretor Técnico da Revista Filantropia



ECONÔMICA

SOMED CONTABILIDADE ESPECIALIZADA S/C LTDA

23 anos de atividades profissionais, atendendo instituições voltadas à Medicina e ao Terceiro Setor

Associações
Centros de Estudos
Institutos
Fundações

Aberturas, Consultoria Contábil, Fiscal, Tributária, Trabalhista, Imposto de Renda e Prestação de Contas Governamentais

Rua Botucatu, 430 - VI. Clementino - CEP 04023-061 - SP
Tel/Fax: (11) 5572-2911 - E-mail: somed@somed.srv.br
Site: www.somed.srv.br



Grupo Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

➤ Contabilidade de entidades do 3º Setor

➤ Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista

➤ Assessoria em departamento pessoal

➤ Assessoria filantrópica

36 anos de exclusivo compromisso com as entidades religiosas e beneficentes de assistência social

www.sergiomonello.com.br

Fone: **(11) 3872-1195**

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 01150-001

Hoje, empresas privadas têm se mobilizado na questão social e isso faz com que mude o comportamento dos consumidores

Por
ANA PATRÍCIA ARANTES

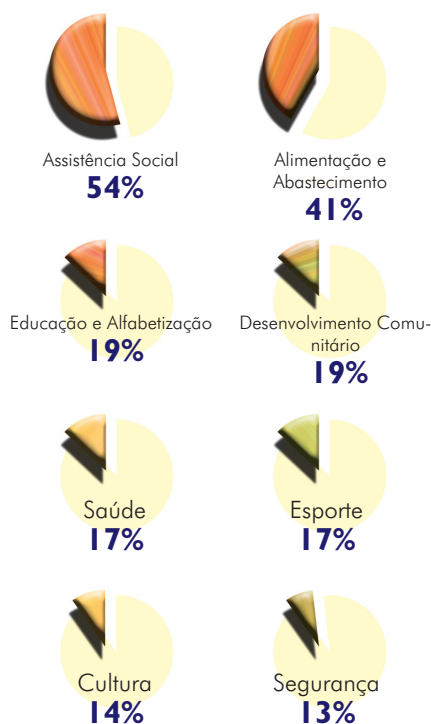
QUANDO se fala em desigualdade social no Brasil, geralmente, associamos o tema à violência, desnutrição e ao analfabetismo, entre outras notícias não tão boas e que de tão constantes que são, por mais estranho que isso possa parecer, tornam-se sinônimos de normalidade. Afinal, o que isso tem de "novo"?

A era do BEM

A responsabilidade social privada

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Das empresas brasileiras entrevistadas, quantas aplicam em:



O conceito de assistência social é muito grande, mas definiu-se como ações emergenciais.
FONTE: IPEA

Talvez, o que se tenha de novo seja a mobilização de algumas empresas que passaram a olhar para além dos seus muros, tendo a atitude de transformarem situações que até bem pouco tempo associavam apenas a uma questão governamental.

Sem isentar o Estado de suas responsabilidades, mas apenas analisando a situação, podemos reconhecer que o Estado, isoladamente, não dispõe de meios necessários para atender as demandas de populações mais carentes. E, mediante essa fragilidade, ocasionada principalmente pela globalização, que permitiu a abertura da economia, aliada à competitividade, criou-se um sistema econômico e financeiro com capacidade de direcionar os rumos da sociedade, gerando um processo de concentração de renda, levando as empresas a terem cada vez menos mercado.

Em busca de soluções, no início da década de 90, empresas brasileiras e multinacionais passaram a desenvolver ações no intuito de complementar as ações governamentais em prol da causa social, aumentando a qualidade de vida, primeiro de seus funcionários, e, conseqüentemente, ampliando suas ações para a comunidade.

Dez anos se passaram e o Terceiro Setor no Brasil vem adquirindo suas próprias características, mapeando suas ações e definindo seu futuro.

Das 782 mil empresas privadas no País, 59% realizam algum tipo de atendimento social. Em 2000, o montante investido pelas empresas em ações públicas girou em torno de R\$ 4,7 bilhões, correspondendo a 0,4% do PIB nacional.

Os números brasileiros são expressivos, o que demonstra que o setor privado não está só preocupado em lançar produtos no mercado, mas também em descobrir a necessidade de

associá-los a uma causa. Porém, para concretizar essa ação com resultados, a tarefa não é tão simples, pois requer um posicionamento e, conseqüentemente, uma mudança na gestão estratégica da empresa.

Inserir a causa social na administração dos negócios não é uma prática comum das empresas brasileiras. Em recente pesquisa divulgada pelo Ipea – Instituto de Pesquisas Aplicadas –, constatou-se que as ações sociais das empresas ainda são, em sua maioria, realizadas por motivos filantrópicos, já que aproximadamente 76% das empresas prestam atendimento de caráter emergencial, realizando suas ações com bases assistencialistas. Aos poucos, contudo, essa atitude vem se transformando.

A Fundação Bunge, uma das mais antigas do País, foi criada em 1955 pelo Grupo Bunge e, desde a sua fundação, sempre se preocupou em desenvolver seus projetos pautada em uma estratégia bem definida.

Até 1996, atuou somente com o Prêmio Moinho Santista, cujo objetivo é premiar e divulgar obras de intelectuais consagrados e de jovens artistas, vindo a ampliar suas atividades para a Educação Fundamental, área na qual, em parceria com o MEC, premia professores que desenvolvam metodologias inovadoras para a prática do ensino em sala de aula. Até o ano passado, a empresa investia R\$ 1,7 milhões em suas ações sociais. Já para este ano o investimento previsto é de R\$ 3,7 milhões.

"A preocupação do grupo é desenvolver projetos de qualidade, partindo sempre de um histórico. Nosso mais recente trabalho, o Comunidade Educativa – que visa criar ações por intermédio do nosso voluntariado corporativo em parceria com escolas públicas nas regiões de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – advém da experiência que temos com o

A Fundação Bunge, mantida pela Bunge Alimentos e Seara, investe pesado em projetos sociais e educacionais

projeto de Incentivo à Educação Fundamental. Para a sua implantação, realizamos uma consultoria durante dois anos, na qual fizemos o diagnóstico, definimos as pessoas, selecionamos as escolas e, a partir de outubro, daremos início ao projeto", ressalta Claudia Calais, coordenadora do Programa de Voluntariado, que pretende, a partir desta experiência, estender a iniciativa para outras regiões de atuação da Bunge.

Para a coordenadora da pesquisa do Ipea, Anna Maria Peliano, é necessário que as empresas caminhem para uma direção estratégica integrada entre Estado, Mercado e Sociedade, a fim de enfrentarem os problemas sociais com definição clara de responsabilidades e atribuições, ações essas fundamentais para ampliar o alcance e a eficácia do atendimento social no País.

E os investimentos? Para aonde estão indo? Segundo a mesma pesquisa, a maioria deles está concentrada na região Sudeste, onde também está o maior número de empresas, porém, a região mais carente de investimentos é o Nordeste, onde constata-se o maior índice de pobreza. Segundo a coordenadora, o direcionamento dos recursos para outras regiões onde as empresas não atuam deverá ser feito por grandes empresas e grandes marcas, pois para as pequenas é mais facilitador atuarem na comunidade.

Uma das marcas líderes de mercado, a Coca-Cola, tem sua segunda maior produção aqui no Brasil realizada pela Panamco Brasil, com fábricas na região Sudeste e Centro Oeste, e, apesar de já atuar no setor social há muitos anos, a partir de 1999, criou um sistema de gestão integrada de responsabilidade social.

"Antes desse período, a empresa já exercia cidadania corporativa, mas não de uma maneira organizada. Atualmente, temos uma coordenação social, e essa política de atuação traz consequências positivas, não só para o público externo, mas também para os nossos funcionários, que sentem-se orgulhosos", declara Karla Camargo, gerente de Relações Externas da Panamco Brasil.

Para evitar a pulverização dos recursos e, conseqüentemente, não produzir ações transformadoras, a empresa define a comunidade que irá atuar e procura realizar um trabalho a longo prazo.

"Mais do que investimentos, é necessário ter dedicação, pessoas que acompanhem e coordenem os projetos, pois sem esse trabalho não há compromisso. O investimento social é a operação mais rentável que existe. Nós investimos, em 2001, R\$ 650 mil, beneficiando 33 mil pessoas. Se calcularmos o custo de cada beneficiário, veremos que é mínimo, porém os resultados são maravilhosos", conclui Karla Camargo.

Índices

Atualmente, existem índices de verificação de empresas socialmente responsáveis. Um deles é a norma SA8000, que tem como base normas da Organização Internacional do Trabalho, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Universal dos Direitos da Criança, e que tem como objetivo comunicar atitudes responsáveis das companhias.

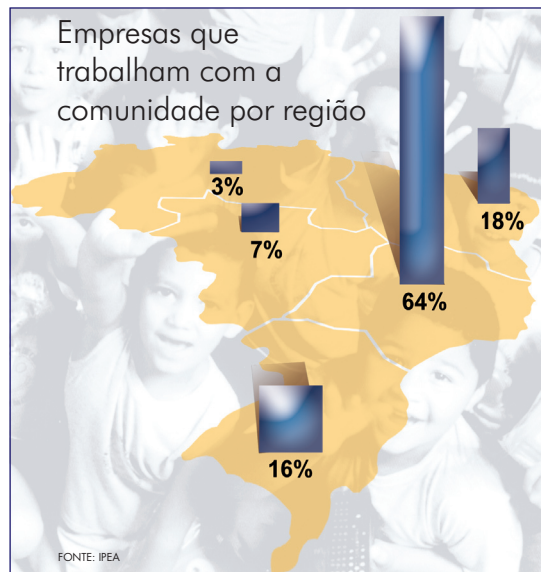
"O grande desafio das empresas hoje em dia está em demonstrarem um real comprometimento com acionistas, comunidade, governo e consumidores. Elas devem fazer um diagnóstico, partindo da própria empresa, mostrando como elas vêm lidando com os seus funcionários, o que retiram e o que repõem ao meio ambiente, além de levarem a responsabilidade também para os seus fornecedores, generalizando seu comprometimento, não só o restringindo às leis", declara o consultor Marco Aurélio Queiroz.

Segundo o consultor, pode-se verificar um avanço no comprometimento das empresas com suas causas sociais, algumas já publicam o seu balanço social, e aquelas que ainda não o fazem, devem pensar no assunto.

Reduzir as desigualdades sociais é o grande desafio que se apresenta para a sociedade brasileira, formar cidadãos capazes de transformar o País, participando dos processos de decisão política. Para isso, é fundamental que as empresas definam suas políticas sociais, acompanhem, dêem continuidade e estabeleçam parcerias com instituições não-governamentais, já que elas são especializadas e possuem a experiência de campo.

Existem no Brasil aproximadamente 220 mil instituições advindas da sociedade civil, algumas com mais de 50 anos de trabalho, que podem ser instrumentos facilitadores para as companhias que aliam a esta experiência à sua gestão administrativa.

O que há alguns anos parecia utópico, hoje acontece e vem se expandindo a cada dia. O Terceiro Setor existe. Sua profissionalização é uma tendência mundial, que o Brasil vem acompanhando de perto. Hoje, o Terceiro Setor já emprega mais de 1,2 milhão de pessoas, mobiliza empresas, voluntários, doadores e beneficiários. E o melhor, todos trabalhando em benefício do bem comum. ☺



AMBIENTAL

Sagüi macho, tufo-preto, desnutrido, rabo pelado, corda amarrada à cintura e entranha em sua musculatura. Seu “carinhoso dono” cansou, não o quer mais. Para salvá-lo, foram necessárias várias cirurgias e cuidados intensivos. Seu nome é Mucky, o precursor do Projeto Conservacionista Mucky.

Em 1985, residente no bairro do Limão, a publicitária Livia Maria Botar, hoje ambientalista, recebeu Mucky e, após muito pesquisar, manter intercâmbio com especialistas e desenvolver uma metodologia muito peculiar, resgatou muitos outros “Muckys”.

Em 1992, deu-se início ao processo de legalização no Ibama como Criadouro Conservacionista. Em meados de 1996, o Projeto, por exigências do Ibama, mudou-se provisoriamente para uma área rural de Campinas (SP).

Desde março de 1997, o Projeto Mucky está instalado em Jundiá (SP), cuja sede foi adquirida definitivamente em novembro de 2001.

O projeto Mucky é uma ONG, e não um órgão de utilidade pública, que beneficia atualmente a mais de 207 sagüis de diversas espécies, trabalho que vem realizando há 17 anos. Esse Projeto - único do gênero no Brasil - socorre, recupera, mantém pesquisa, busca a procriação das espécies e tem objetivos de reintegrar os sagüis à natureza. Realiza, também, um trabalho de combate ao tráfico de animais silvestres, por meio da educação ambiental.

Objetivos

Os sagüis são os menores macacos do mundo. Algumas espécies são encontradas nas florestas da América Central, mas o maior número deles está localizado na América do Sul, especificamente no Brasil. Com a avançada destruição de seus ecossistemas, como o cerrado e a Mata Atlântica, os sagüis tornam-se presas fáceis para o homem que, sem acesso à educação, às condições essenciais de alimentação e saúde, lançam mão do tráfico de animais silvestres para sua própria subsistência.

O Projeto Mucky trabalha com esses sagüis oriundos do tráfico.

“Nosso objetivo é dar prosseguimento ao trabalho de assistência e manutenção dos atuais



Projeto Mucky

Protegendo o Sagüi

sagüis, bem como prosseguir com a recuperação daqueles que chegaram com seqüelas causadas devido a tratamentos inadequados e que estão impossibilitados de reintegração, além de dar continuidade ao trabalho de resgate e recuperação de futuros sagüis provenientes do tráfico de animais silvestres, buscando a reintrodução dos sagüis em seus habitats”, diz Livia Botar, principal responsável pelo Projeto.

O Projeto Mucky, em seu contexto geral, emprega um modelo amplamente reprodutível, já que o tráfico de animais silvestres não é um problema apenas local, estando presente em todo o território nacional e, também, globalmente.

Sendo os sagüis edêmicos, a discussão da importância da permanência deles em seus locais de origem associada a um programa de educação ambiental, apresentando as consequências de maus tratos nos animais e desequilíbrio que pode ser acarretado a partir da retirada deles desses locais, está sendo uma ferramenta essencial para programas de combate ao tráfico de animais silvestres.

A sensibilização da população para a problemática do tráfico de animais silvestres depende de um trabalho sistemático e efetivo que possa nortear e tornar viável a proposta

apresentada, sem desconsiderar os desafios face às dificuldades provenientes dos problemas sociais enfrentados.

Relevância do projeto para a sociedade

Somente um trabalho consistente de preservação das diferentes espécies, almejando variedade genética, a garantia de permanência animal em habitats remanescentes e a orientação da população (especialmente, moradores de locais onde vivem esses animais) beneficiará a manutenção de um equilíbrio entre o homem e a natureza, concretizando estratégias conservacionistas.

O trabalho de criadouros preservacionistas, como o Projeto Mucky, justifica-se pela busca desse equilíbrio necessário para a manutenção de vida, sua produção e reprodução.

Assim, torna-se imprescindível, face aos desafios impostos pelo tráfico e mau trato dos animais, garantir um espaço de recuperação, trato, conservação, pesquisa, conhecimento e divulgação, na tentativa de contribuir e de garantir uma relação homem/natureza, na qual o respeito e a compreensão possam emergir, gerando a possibilidade de uma vida mais harmônica, menos degradante, gerando comportamentos menos agressivos e destrutivos. Para tal, torna-se necessária uma ação conjunta envolvendo o Projeto Mucky e a sociedade em geral, buscando um esforço amplo e mútuo de cooperação e trabalho.

Estrutura

Instalado em uma área de 9.000 m², com 580 m² de área construída, conta com 63 viveiros, enfermaria, cozinha para preparação dos alimentos dos sagüis, salão e centro de educação ambiental.

Possui um total de 13 funcionários, conta com a participação de seis veterinários de diferentes especialidades e de 14 voluntários, que atuam direta e indiretamente no Projeto. 🐾

Informações

(11) 4525-0357 / (11) 4525-1114
@projctomucky@projctomucky.com.br
www.ampliar.com/mucky

ASSISTENCIAL

Serviço Social Perseverança em São Paulo

Um exército de voluntários

Por
LUCIANA ONCKEN

De São Paulo para o sertão nordestino

Há nove anos, as regiões carentes do sertão do Nordeste passaram a ser foco das ações desenvolvidas pelo Serviço Social Perseverança, realizadas por milhares de voluntários e colaboradores, que se mobilizam para conseguir doações e distribuí-las para a população local. O trabalho é coordenado por Alcione Albanesi.

Mais de cem caminhões partem de São Paulo com o material a ser distribuído. As pessoas são atendidas por uma equipe de voluntários que, para chegar até o sertão nordestino, custeiam suas próprias despesas (estadia, transporte e alimentação). Durante uma semana, entre o Natal e o Ano Novo, distribuem as doações de lar em lar. Além das doações, há o atendimento médico-odontológico em locais improvisados.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO

0 a 6 anos	1.380 crianças beneficiadas
6 a 14 anos	730 crianças e adolescentes beneficiados
Total	2.110 crianças e adolescentes beneficiados
	5.000 voluntários nas tarefas de apoio e manutenção

SERTÃO NORDESTINO (ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO - DEZ/01)

26 mil	Cestas básicas
43,5 mil	Sacolas de roupas e calçados
4,2 mil	Enxovais de bebê
50 mil	Brinquedos
23 mil	Medicamentos
240	Cadeiras de rodas
10,2 mil	Colchões
150 mil	Pessoas beneficiadas pelas doações
4,2 mil	Pessoas receberam atendimento médico
3,2 mil	Pessoas receberam atendimento odontológico

Formar um grupo de mais de cinco mil voluntários e centenas de funcionários para trabalhar em uma mesma entidade não é tarefa fácil. Mas essa foi a conquista de Guiomar de Oliveira Albanesi, que há 29 anos "comprou" esse desafio, ao fundar, em novembro de 1973, o Serviço Social Perseverança, na Zona Leste de São Paulo. A instituição originou-se da entidade religiosa Centro Espírita Perseverança, que, até hoje, dá suporte e torna viável os trabalhos sociais desenvolvidos. O público alvo é a criança e o adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social, provenientes de famílias de baixa renda. A entidade trabalha a assistência social e educacional. Para isso, mantém oito creches e três Espaços Gente Jovem Perseverança (EGJ).

As creches atendem, no total, a 1.380 crianças de zero a seis anos. No período em que se encontram no local, recebem cinco refeições diárias, atividades de desenvolvimento sócio e educativo e atendimento médico-odontológico, além de aulas de dança, esportes e atividades de lazer.

Já os Espaços Gente Jovem abrigam 730 crianças e jovens, de seis a 14 anos, que frequentam a escola em um período e os EGJ no outro. A entidade mantém as crianças e adolescentes sempre ocupados com atividades que incluem desde o estudo e acompanhamento escolar, passando pelo desenvolvimento de programas nas áreas de Meio Ambiente, Arte e Educação, Projeto de Vida, Grupos de Orientação e Oficinas, prática de esporte, lazer, dança, até a pré-formação profissional, com iniciação à Computação, Culinária, Cabeleireiro/Manicure.

Para manter essa estrutura, além dos voluntários, são necessários 290 funcionários. O desenvolvimento das atividades, na área de atendimento direto à criança, é realizado no local com a assessoria técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, pois, quem desenvolve as atividades é a entidade, a SMAS apenas supervisiona.

A Secretaria também é umas das fontes de recursos, por meio do repasse de verba auxiliar.



DIVULGAÇÃO

Mas a maior fonte de captação, o carnê, é mantida por atividades desenvolvidas por uma equipe de voluntários. Outras fontes de recursos são: a cantina (com cozinha industrial e espaço para lanches e refeições, que atende semanalmente a mais de 20 mil pessoas, entre funcionários e frequentadores do Centro Espírita), o bazar e livreria, onde são comercializados produtos recebidos em doação e os confeccionados por equipes de trabalho voluntário do Serviço Social Perseverança. Com o objetivo de captar verbas também são promovidos eventos, como os feirões de grande porte (na periferia da Zona Leste de São Paulo), nos quais são comercializadas mercadorias novas e seminovas, e festas (entre elas, a Junina), realizadas nas ruas próximas à sede mantenedora, na Vila Diva.

A entidade realiza, nos finais de semana, ações de integração com a comunidade (Domingo Feliz e Integração Comunitária), com atividades de lazer, esportes, alimentação e extensão educacional e cultural; ações de fortalecimento da relação familiar (Amigos da Esperança), com palestras mensais de orientação social e familiar direcionada aos familiares dos jovens atendidos pela instituição. Segundo a entidade, "é um trabalho que contribui para a formação sadia desses jovens". Outra atividade desenvolvida pela entidade é a Sopa Perseverança, distribuída na madrugada, por grupos de voluntários, aos moradores de rua.

Informações

(11) 6671-4200
R. Pe. Maurício, 350 - Vila Diva/SP - CEP 03351-000
social@perseveranca.org.br
www.perseveranca.org.br

Voluntariado na Empresa Gestão Eficiente da Participação Cidadã

Livro ensina como montar programas de voluntariado nas empresas



Começa a chegar às livrarias de todo o País o livro *Voluntariado na Empresa – Gestão Eficiente da Participação Cidadã*, uma co-edição do Sesi/MG e a Editora Fundação Peirópolis. A obra traça um amplo panorama do tema, incluindo uma visão teórica da ação voluntária, um guia prático sobre como montar programas de voluntariado nas empresas e materiais para consulta e aplicação: legislação, questionários e instrumentos de diagnóstico.

Trata-se de um trabalho nascido dentro da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), que há um ano lançou o *Voluntários das Gerais*, um programa de estímulo ao voluntariado empresarial. Seus autores são o jornalista Barnabé Medeiros Filho e a diretora executiva do *Voluntários das Gerais*, Mônica Corullón, principal especialista no tema no Brasil. Ela criou e dirigiu por quatro anos o Programa *Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária*, por meio do qual foram implantados 30 centros de voluntários em todo o País.

www.voluntariosdasgerais.org.br

Autores: Mônica Beatriz Galiano Corullón e Barnabé Medeiros Filho

Editores: Peirópolis/Sesi-MG

IBM Mundial lança software KidSmart para educação de crianças carentes

Em um evento realizado no Peru, na semana passada, a IBM lançou o Programa KidSmart para os países da América Latina. O projeto, já desenvolvido com êxito em escolas carentes dos Estados Unidos e Canadá, tem como finalidade reduzir as diferenças entre as crianças que têm e as que não têm acesso à tecnologia, por meio de uma ferramenta moderna – o software KidSmart. Via web, o KidSmart ajuda a ampliar o contato da comunidade escolar com o mundo.

 www.avape.com.br

Programa de TV aposta no social

O programa *Avape Notícias*, exibido pelo Canal Local ABC3 da Canbras/TVA há quase três anos, vem colaborando com a divulgação de diversas instituições filantrópicas e com a promoção do trabalho de pessoas que atuam no Terceiro Setor, sejam elas portadoras ou não de deficiência. Além disso, informa à população sobre as várias maneiras de colaborar com ações sociais.

Produzido por profissionais de comunicação e voluntários, ele também fornece dicas de saúde, prevenção, projetos, eventos, esportes e cultura, ensinando ainda como lidar e ajudar as pessoas com deficiência.

 www.avape.com.br

Casa limpa e cabelo cortado!

Jovens voluntários do Centro de Ensino Profissionalizante Rotary (Cepro) estão, diária e gratuitamente, entre outras tarefas, consertando defeitos elétricos, decorando ambientes, cortando cabelos de crianças e idosos de duas entidades sociais: a Assistência Social Santo Antônio (Assa), que mantém um Centro de Convivência de idosos, e a Fundação Maria Carolina, que atende crianças de três a 13 anos em regime de internato.

 www.cepro.org.br

Fiemg lança novo site sobre Terceiro Setor

O Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais lançou o seu novo site: www.Fiemg.com.br/cidadania.

A intenção é disponibilizar notícias e pesquisas e divulgar eventos relacionados à responsabilidade social e ao investimento social privado. Além disso, dados sobre o Conselho da Fiemg (parceira institucional do Gife) poderão ser encontrados na página.

Site incentiva desarmamento

O [desarme.org](http://www.desarme.org) é um site inédito, com conteúdo em português e espanhol, que se propõe a estimular o debate e a servir como fonte de informação, veiculando notícias diariamente atualizadas, pesquisas, leis e matérias sobre campanhas relacionadas ao desarmamento, direitos humanos e promoção da paz.

 www.desarme.org.br

ONG da Dinamarca promove capacitação de voluntários no exterior

A ONG de origem dinamarquesa Humana People to People, em cooperação com o DRH Movement, está realizando um programa de capacitação de voluntários. Os interessados devem ter mais de 18 anos e disposição para ficar um ano ou mais fora do País. Uma parte do programa é destinada à capacitação voltada para os direitos humanos em Michigan, Massachussets (EUA), e St. Vicent (Caribe). Já a outra parte é destinada ao trabalho em países do sul da África (Zâmbia, Angola e Malawi, por exemplo) e da Índia.

 kimmo@humana.org

IBM e Portal do Voluntário lançam projeto

Empresa aposta na solidariedade e no talento de seus funcionários e parceiros para transformar em realidade sua vocação voluntária

A IBM lançou, em parceria com o Portal do Voluntário, o Projeto e-Voluntários, programa em que se desenvolve atividade voluntária por intermédio da internet.

Por meio de um aplicativo desenvolvido pela IBM, chamado Learning Village, os voluntários virtuais podem dedicar parte do seu tempo para atender diferentes públicos, em escolas públicas ou em organizações não-governamentais. Nele, os participantes trocam ainda dicas profissionais, elaboram projetos em conjunto e oferecem orientação profissional para estudantes, entre outros.

 (21) 2546-5218

Portal reúne informações universitárias

O portal Universia foi criado com o objetivo de facilitar a troca de informações universitárias e de se tornar o ponto de referência para a comunidade acadêmica da América Latina e da Península Ibérica. O portal Universia.net (www.universia.net) já reúne mais de 550 instituições de ensino superior na Argentina, Brasil, Chile, Espanha, México, Peru, Porto Rico, Portugal e Venezuela. No Brasil, o Universia (www.universiabrasil.net) estabeleceu parceria com 115 instituições de ensino superior, que representam aproximadamente 45% dos universitários de graduação do País. Entre as universidades parceiras, destacam-se USP, Unicamp, UFMG, UFSC, UFPE, FGV-SP, Ita, Puc-SP, Puc-RJ, Puc-RS, Unisinos, UFRGS e Unifesp.



Banco de Alimentos

O Banco de Alimentos é uma organização não-governamental que trabalha desde janeiro de 1999. Seu objetivo é combater o desperdício de alimentos e amenizar os efeitos da fome, permitindo assim que um maior número de pessoas tenha acesso a alimentos básicos e de qualidade, em quantidade suficiente para uma alimentação saudável e equilibrada.

Dessa forma, a entidade atua distribuindo alimentos, fornecidos por empresas, a instituições beneficentes. Esses alimentos são excedentes de comercialização e possibilitam uma boa complementação alimentar a todas as pessoas assistidas pelas instituições cadastradas.



Informações

 (11) 3862-7265
 info@bancoidealimentos.org.br
 www.bancoidealimentos.org.br

Lançada segunda edição da cartilha sobre Oscip

Está disponível no Conselho da Comunidade Solidária a segunda edição revista e atualizada da publicação "Oscip - A Lei 9.790/00 como alternativa para o Terceiro Setor"

A edição mais recente inclui as novas conquistas legais, como a prorrogação do prazo de convivência entre os diferentes títulos e a possibilidade de dedução de doações de pessoas jurídicas, identificando as últimas edições das Medidas Provisórias nº 2.216 e 2.158-34. Também traz algumas mudanças nas sugestões para o estatuto e para o Termo de Parceria, além de outras informações relevantes.

 Download www.comunidadesolidaria.org.br

Projetos sociais podem ser cadastrados em site

A página www.eixos.org.br tem uma proposta interessante: funciona como banco de dados de projetos sociais reunindo empresas, ONGs e governo. As entidades cadastram seus projetos e relatam suas atividades e necessidades. Com esses dados on-line, as empresas tomam conhecimento e podem participar dos projetos. Empresas também podem divulgar as ações de responsabilidade social que desenvolvem.



Roupa Velha

O Roupa Velha é um site que faz a ponte entre quem quer doar roupas e quem precisa receber: instituições de caridade que mantenham um trabalho sério de assistência aos carentes.

E quem escolhe para onde vai a sua doação é o próprio doador: basta indicar uma das instituições selecionadas pelo site.

O número de peças doadas gera pontos cumulativos, que serão utilizados em promoções pelo doador. Quanto mais roupas doar, mais pontos a pessoa terá para usar nas promoções de nossos parceiros. Cada peça vale um ponto.

As doações (acima de cinco peças) serão retiradas em domicílio ou podem ser entregues diretamente na sede do Roupa Velha. Além de roupas, pode-se fazer doações de outros itens, bastando clicar em "outras doações".

É possível, ainda, sugerir alguma instituição de seu conhecimento para se beneficiar das doações. Por enquanto, a atuação está limitada a Grande São Paulo.

Informações

 (11) 3079-5966 e (11) 3846-5333
 R. Bandeira Paulista, 716, 2º andar, conj. 23 - CEP 04532-002 - Itaim Bibi - SP
 www.roupavelha.com.br

AGENDA

12 a 14/9/02	2º - Congresso Internacional sobre Medicina e Reabilitação Realização: AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente) e Oritel (Organização Internacional de Teletons) Local: Centro de Convenções Rebouças - São Paulo, SP. Tel: (11) 5576-0834 / aacd@aacd.org.br	22 a 26/9/02	III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação Fortaleza, CE Realização: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação o Boticário de Proteção à Natureza e Associação Caatinga www.redeprouc.org.br/congresso.html	18 e 19/10/02	Gife - 7º Módulo (SP) Local: Instituto Itaú Cultural - São Paulo, SP Realização: Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) Tel: (11) 3849-2022 - R. 15 / www.gife.org.br
13 a 15/9/02	Formação em Consultoria Organizacional - da Demanda do Cliente ao Diagnóstico Realização: Criativação Tel: 2535-1286 / criativa@criativacao.com.br	22 a 26/9/02	XIII Congresso Mundial Inclusion International Vida! Liberdade! Segurança! Queenbridge Street Southbank, Victoria 3006, Austrália Local: World Congress, ICMS, 84 Realização: Congress Secretariat, Inclusion International Tel: (61) 9682-0244 www.icms.com.au/inclusion / inclusion@icms.com.au	25 e 26/10/02	Gife - 5º Módulo (RJ) Local: Fundação Roberto Marinho - Rio de Janeiro, RJ Realização: Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) Tel: (11) 3849-2022 - R.15 / www.gife.org.br
17 a 19/9/02	Primeiro Seminário Internacional sobre Avaliação, Sistematização e Disseminação de Projetos Sociais Realização: A Fundação Abrinq Local: Hotel Blue Tree Towers - São Paulo, SP www.fundabrinq.org.br/seminariointernacional/index.htm	24 a 27/9/02	IV Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente (Ecolatina 2002) Belo Horizonte, MG Tel: (31) 3223-6251 (31) 3281-6923 ou 9147-3734 www.ecolatina.com.br	04 a 08/11/02	XV Conferência Mundial da Ipa - Associação Internacional pelo Direito da Criança de Brincar São Paulo, SP Local: Memorial da América Latina Informações: www.ipa-br.org.br/conferencia.
18/9/02	I Seminário de Responsabilidade Social, Cidadania e o Fim da Exclusão Digital Realização: Compí - Comitê para Popularização da Informática, ABRH, APARH, e Faculdades Padre Anchieta Tel: (11) 6817-1027 ou (19) 9147-4690 www.compí.org.br / diretoria@compí.org.br	26/9/02	Curso a Questão da Criança e do Adolescente em Debate - Seminário Realização: Universidade do Estado do Rio de Janeiro Sub-Reitoria de Extensão e Cultura - SR3 Programa Cidadania e Direitos Humanos Tel: 2587-7269	6 a 9/11/02	I Encontro da Anppas Campinas, SP Realização: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas) isasteil@portoweb.com.br
18/9 a 17/10/02	Empreendedorismo Social e Gestão da Mudança Organizacional no Terceiro Setor - Módulo I Tel: (11) 3872-8884 (11) 3862-7293 secretaria@icab.art.br	27 a 29/9/02	Seminário Internacional do Terceiro Setor Campos do Jordão, SP Local: Grande Hotel Senac Realização: Senac - SP Informações: www.sp.senac.br ou (11) 6647-5151	8 a 10/11/02	Formação em Consultoria Organizacional - Conduzindo o Programa de Trabalho Realização: Criativação Tel: 2535-1286 / criativa@criativacao.com.br
20 e 21/9/02	Gife - 3º Módulo (RJ) Local: Fundação Roberto Marinho - Rio de Janeiro, RJ Realização: Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) Tel (11) 3849-2022 - R. 15 / www.gife.org.br	27 a 29/9/02	XVII Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação Guararema, SP Realização: Comissão Aberta e Permanente de Assessorias de Comunicação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo Tel: (11) 3217-6299	22 e 23/11/02	Gife - 6º Módulo (RJ) Local: Fundação Roberto Marinho - Rio de Janeiro, RJ Realização: GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) Tel: (11) 3849-2022 - R.15 / www.gife.org.br
20/9/02	III Simpósio Nacional de Contabilidade do Terceiro Setor Local: Sheraton Mofarrej Hotel - São Paulo, SP Realização: Econômica Desenvolvimento Empresarial Tel: (11) 3161-5286	4 e 5/10/02	Gife - 4º Módulo (RJ) Local: Fundação Roberto Marinho - Rio de Janeiro, RJ Realização: Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) Tel: (11) 3849-2022 R.15 / www.gife.org.br	6/12/02	IV Fórum Nacional de Debates a Filantropia no Terceiro Milênio Realização: Econômica Desenvolvimento Empresarial Local: Sheraton Mofarrej Hotel/SP Tel: (11) 3161-5286
20/9 a 13/12/02	Curso de Serviço Social e Organizações Empresariais no Terceiro Milênio Local: Sesc/DN Serviço Social do Comércio. Realização: CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais Tel: 220-81742240-5931 / cbciiss@vol.com.br	12 a 14/10/02	Formação em Consultoria Organizacional - do Diagnóstico ao Programa de Trabalho Realização: Criativação Tel: 2535-1286 / criativa@criativacao.com.br	6/12 e 7/12	Gife - 7º Módulo (RJ) Local: Fundação Roberto Marinho - Rio de Janeiro, RJ Realização: Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) Tel: (11) 3849-2022 - R.15 / www.gife.org.br
				7 a 9/12/02	Formação em Consultoria Organizacional - Atuando Consigo Mesmo Realização: Criativação Tel: 2535-1286 criativa@criativacao.com.br

ERRATA: O evento "Filantropia e Gerenciamento de Projetos Sociais", organizado pela TSA, foi publicado na edição 1 com mês errado - o evento aconteceu em agosto.

1. O que significa Terceiro Setor?

A expressão foi traduzida do inglês "third sector", dada à sua origem norte-americana, a exemplo de outra expressão comumente por eles utilizada - "non profit organizations", que significa organizações sem fins lucrativos. A influência da expressão serviu para balizar no Brasil o enquadramento de uma atividade não desenvolvida pelo Estado (Primeiro Setor) e tampouco pela iniciativa privada ora representante do mercado (Segundo Setor), mas sim por uma sociedade organizada (entidades sem fins lucrativos) que substituiu as ações singulares, para a prática conjunta e desinteressada do bem, que formam o Terceiro Setor.

2. O que significa Oscip?

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip. Trata-se de uma sociedade civil sem fins lucrativos (associação), que tem de preencher os requisitos da Lei nº 9.790/99. Entre eles, o de ter como vocação a promoção da assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, trabalho voluntário, combate à pobreza, ética, paz, cidadania, estudo e pesquisas.

A Lei permite a remuneração dos dirigentes e prioriza a Oscip como parceira das atividades desenvolvidas pelo Estado.

O Ministério da Justiça é o órgão que avalia, reconhece e expedite o certificado de Oscip.

3. Qual o conceito de entidade filantrópica?

Trata-se, também, de uma sociedade sem fins lucrativos (associação ou fundação), criada com o propósito de produzir o bem, tais como: assistir à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, promovendo ainda a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e integração ao mercado do trabalho.

Para ser reconhecida como filantrópica pelos órgãos públicos, a entidade precisa comprovar ter desenvolvido, no mínimo pelo período de três anos, atividades em prol aos mais desprovidos, sem distribuir lucros e sem remunerar seus dirigentes.

Os títulos que terá de conquistar para ser reconhecida como filantrópica pelo Estado são: Declaração de Utilidade Pública (federal, estadual ou municipal) e o de Entidade Beneficente de Assistência Social, adquirido no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

4. Qual a vantagem em ser reconhecida pelo Estado como entidade filantrópica?

Depois de ter obtido os títulos acima mencionados e ter preenchido outros requisitos da Lei, em especial, o de aplicar ao menos 20% (vinte por cento) de toda a sua receita bruta em obras sociais, a entidade poderá ser contemplada com o benefício do não-pagamento de tributos.

5. Como montar uma entidade beneficente?

Após a eleição de uma causa que não esteja necessariamente relacionada a uma ação social, deverá ser realizada uma reunião para a propositura da constituição da entidade. A ata dessa reunião deverá ser assinada por todos os presentes. Nessa mesma reunião, poderá ser colocada em votação a eleição dos

integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal. As atas dessas reuniões deverão ser assinadas pelo presidente e pelo secretário da reunião.

Finalmente, o estatuto social deverá ser elaborado, com o propósito de dar vida e regulamentação à instituição.

De posse de todos esses documentos, a entidade deverá ser registrada no Cartório Civil de Registro de Pessoas Jurídicas. Após o Registro, estará apta a funcionar, devendo apenas requerer a sua inscrição no CNPJ, bem como nos diversos órgãos públicos para efeitos fiscais.

Passados três anos, poderá postular o status de ser reconhecida como filantrópica pelo Estado, visando o não-pagamento de tributos.

6. O que é voluntariado?

É a atividade prestada em prol de um bem social, sem a expectativa de qualquer contrapartida financeira, podendo ou não ser praticada por intermédio de uma entidade beneficente.

7. O voluntário pode ser remunerado?

Não, apenas poderá ser ressarcido das despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, tais como: locomoção e refeição.

8. O voluntário pode reclamar direitos trabalhistas?

Cinco requisitos caracterizam o vínculo trabalhista: (a) salário (b) subordinação (c) horário de trabalho (d) não-eventualidade (constância no trabalho) (e) pessoalidade (prestação do serviço pela mesma pessoa). A ausência de um desses requisitos impedirá que ocorra a caracterizada da relação de emprego.

As precauções recomendadas pela Lei do Voluntariado (nº 9.608/98) é que seja firmado um termo de adesão entre a entidade beneficente e o voluntário.

9. Qual a diferença entre associação e fundação?

A associação não prescinde de capital. Nasce da motivação de pessoas em prol de um determinado objetivo, seja ele social ou não.

A fundação nasce com capital, por meio da dotação de seu(s) fundador(es) e sua vocação obrigatoriamente terá de ser moral, religiosa, assistencial ou cultural, segundo o novo Código Civil (Lei nº 10.460/02).

10. É correto afirmar que uma entidade filantrópica ou Oscip é uma ONG?

Sim. As ONG's - Organizações Não-Governamentais - podem se apresentar sob a forma de quaisquer dos organismos existentes e ostentando quaisquer dos vários títulos que são conferidos a esses organismos (filantrópica, Oscip e organização social, entre outros). Este termo veio importado da Europa Continental, cuja origem está na nomenclatura do sistema de representação das Nações Unidas.

1. O que significa Terceiro Setor?

A expressão foi traduzida do inglês "third sector", dada à sua origem norte-americana, a exemplo de outra expressão comumente por eles utilizada - "non profit organizations", que significa organizações sem fins lucrativos. A influência da expressão serviu para balizar no Brasil o enquadramento de uma atividade não desenvolvida pelo Estado (Primeiro Setor) e tampouco pela iniciativa privada ora representante do mercado (Segundo Setor), mas sim por uma sociedade organizada (entidades sem fins lucrativos) que substituiu as ações singulares, para a prática conjunta e desinteressada do bem, que formam o Terceiro Setor.

2. O que significa Oscip?

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip. Trata-se de uma sociedade civil sem fins lucrativos (associação), que tem de preencher os requisitos da Lei nº 9.790/99. Entre eles, o de ter como vocação a promoção da assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, trabalho voluntário, combate à pobreza, ética, paz, cidadania, estudo e pesquisas.

A Lei permite a remuneração dos dirigentes e prioriza a Oscip como parceira das atividades desenvolvidas pelo Estado.

O Ministério da Justiça é o órgão que avalia, reconhece e expedite o certificado de Oscip.

3. Qual o conceito de entidade filantrópica?

Trata-se, também, de uma sociedade sem fins lucrativos (associação ou fundação), criada com o propósito de produzir o bem, tais como: assistir à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, promovendo ainda a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e integração ao mercado do trabalho.

Para ser reconhecida como filantrópica pelos órgãos públicos, a entidade precisa comprovar ter desenvolvido, no mínimo pelo período de três anos, atividades em prol aos mais desprovidos, sem distribuir lucros e sem remunerar seus dirigentes.

Os títulos que terá de conquistar para ser reconhecida como filantrópica pelo Estado são: Declaração de Utilidade Pública (federal, estadual ou municipal) e o de Entidade Beneficente de Assistência Social, adquirido no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

4. Qual a vantagem em ser reconhecida pelo Estado como entidade filantrópica?

Depois de ter obtido os títulos acima mencionados e ter preenchido outros requisitos da Lei, em especial, o de aplicar ao menos 20% (vinte por cento) de toda a sua receita bruta em obras sociais, a entidade poderá ser contemplada com o benefício do não-pagamento de tributos.

5. Como montar uma entidade beneficente?

Após a eleição de uma causa que não esteja necessariamente relacionada a uma ação social, deverá ser realizada uma reunião para a propositura da constituição da entidade. A ata dessa reunião deverá ser assinada por todos os presentes. Nessa mesma reunião, poderá ser colocada em votação a eleição dos

integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal. As atas dessas reuniões deverão ser assinadas pelo presidente e pelo secretário da reunião.

Finalmente, o estatuto social deverá ser elaborado, com o propósito de dar vida e regulamentação à instituição.

De posse de todos esses documentos, a entidade deverá ser registrada no Cartório Civil de Registro de Pessoas Jurídicas. Após o Registro, estará apta a funcionar, devendo apenas requerer a sua inscrição no CNPJ, bem como nos diversos órgãos públicos para efeitos fiscais.

Passados três anos, poderá postular o status de ser reconhecida como filantrópica pelo Estado, visando o não-pagamento de tributos.

6. O que é voluntariado?

É a atividade prestada em prol de um bem social, sem a expectativa de qualquer contrapartida financeira, podendo ou não ser praticada por intermédio de uma entidade beneficente.

7. O voluntário pode ser remunerado?

Não, apenas poderá ser ressarcido das despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, tais como: locomoção e refeição.

8. O voluntário pode reclamar direitos trabalhistas?

Cinco requisitos caracterizam o vínculo trabalhista: (a) salário (b) subordinação (c) horário de trabalho (d) não-eventualidade (constância no trabalho) (e) pessoalidade (prestação do serviço pela mesma pessoa). A ausência de um desses requisitos impedirá que ocorra a caracterizada da relação de emprego.

As precauções recomendadas pela Lei do Voluntariado (nº 9.608/98) é que seja firmado um termo de adesão entre a entidade beneficente e o voluntário.

9. Qual a diferença entre associação e fundação?

A associação não prescinde de capital. Nasce da motivação de pessoas em prol de um determinado objetivo, seja ele social ou não.

A fundação nasce com capital, por meio da dotação de seu(s) fundador(es) e sua vocação obrigatoriamente terá de ser moral, religiosa, assistencial ou cultural, segundo o novo Código Civil (Lei nº 10.460/02).

10. É correto afirmar que uma entidade filantrópica ou Oscip é uma ONG?

Sim. As ONG's - Organizações Não-Governamentais - podem se apresentar sob a forma de quaisquer dos organismos existentes e ostentando quaisquer dos vários títulos que são conferidos a esses organismos (filantrópica, Oscip e organização social, entre outros). Este termo veio importado da Europa Continental, cuja origem está na nomenclatura do sistema de representação das Nações Unidas.

CRIANÇAS SURDAS CONFECCIONAM TSURUS EM BUSCA DA PAZ

A Escola Especial para Crianças Surdas (EECS), que atende gratuitamente famílias de baixa renda e é mantida pela Fundação de Rotarianos de São Paulo, encaminhou, no final de julho, à prefeitura de Hiroshima, no Japão, várias caixas contendo milhares de "tsuru" (origami), pássaro confeccionado em papel e símbolo da paz. Os "tsurus" brasileiros foram depositados no Monumento das Crianças pela Paz.

A coordenadora da EECS, Sabine Vergamini, explica que esse gesto cresceu na época da Segunda Guerra Mundial, quando Sadako Sasaki, então com 12 anos, foi vítima de leucemia causada em consequência do bombardeio atômico naquela cidade.

Desejando a paz no mundo, escrevia nas asas de "tsurus" a palavra "paz", mas morreu antes de terminar sua missão. Amigos continuaram seu trabalho, iniciando uma campanha para a construção de um monumento, erguido na metrópole japonesa, para onde seguiram os "tsurus" brasileiros antes do dia 6 de agosto, data que marca o trágico acontecimento nuclear.

Desde sua inauguração no centro do Parque da Paz em Hiroshima em 1958, "tsurus" vindos de todas as partes do mundo são depositados no Monumento das Crianças pela Paz, representado por uma ogiva nuclear.

A prefeitura local criou um departamento especialmente destinado a receber



DIVULGAÇÃO

anualmente os "tsurus", que devem ser enviados na forma de cordões com 100 pássaros cada. O endereço é Office of the Mayor, City of Hiroshima, 6-34 Kokutaiji-Machi, 1 Chome Naka-ku, Hiroshima 730, Japan.

Evento em Curitiba garante satisfação aos participantes

O evento Filantropia e Gestão, ocorrido em julho, abordou temas atuais, que foram debatidos com muita clareza e em profundidade pelos palestrantes, o que gerou uma confiabilidade nas questões debatidas. Entre um debate e outro, os palestrantes abriram espaço para esclarecer, de maneira exclusiva, as dúvidas apresentadas por alguns participantes.

Entre os palestrantes, Nilton Antônio Tiellet Borges, Ildo Benincá, Sérgio Bassani e Marli Soares Borges. O evento teve a coordenação de Gilnei Roberto Schmitt Soares.



DIVULGAÇÃO

Empresa comemora 20 anos com contribuição social

A Nasajon Sistemas comemora 20 anos de atuação no mercado de uma maneira diferente: com uma ação de responsabilidade social. Durante o mês de agosto, aniversário da empresa, 10% das vendas de software de gestão empresarial foram destinadas a três instituições de apoio social. A iniciativa faz parte do Projeto 20, cuja expectativa é doar pelo menos R\$ 30 mil. "Na verdade, nosso objetivo é marcar essa data com um evento que nos traga um retorno mais gratificante", conta Claudio Nasajon, diretor de Marketing.

A escolha inicial das instituições ficou a cargo dos internautas. De 8 a 19 de julho, eles puderam votar na entidade de sua preferência ou sugerir outras, pela homepage: www.nasajon.com.br. As vencedoras foram o Inca – Instituto Nacional do Câncer (RJ), o Lar das Crianças (RJ) e a Casa Transitória Embu-Guaçu (SP). As doações não foram feitas na conta bancária da Nasajon: quem comprou algum de seus produtos, depositou o dinheiro diretamente na conta da instituição de sua escolha.



Curso de capacitação no Vale do Sinos

De 22 a 24 de julho, 76 representantes de organizações sociais dos municípios de Campo Bom, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Esteio, conveniadas à Fundação Semeiar, participaram do Curso de Capacitação Gerencial para o Terceiro Setor, o terceiro módulo do Curso de Capacitação em Gestão de Organizações Sociais – Elaboração de Projetos –, promovido pela Semeiar, cujos objetivos são discutir a metodologia

para a apresentação de projetos para o Balcão de Projetos Sociais e o desenvolvimento da oficina de elaboração de projetos sociais para captação de recursos pelas ONGs.

Os Cursos de Capacitação Gerencial fazem parte de um dos programas desenvolvidos pela Fundação Semeiar e prevêem a realização de mais três módulos: Comunicação e Marketing, Captação de Recursos e Informática.

Acontece

Exposolidária 2002

Terminou dia 11 de agosto, em São Paulo, a Exposolidária 2002. Durante dez dias, o evento reuniu, no Pavilhão da Bienal, em São Paulo, projetos sociais desenvolvidos por 96 ONGs, empresas e governo. A Exposolidária 2002 também foi palco para uma coleta de sangue, realizada pela Fundação Pró-Sangue, e para a arrecadação de alimentos não-perecíveis.

A iniciativa foi promovida pela Tertio Millennio, uma instituição sem fins lucrativos, que desenvolve programas de responsabilidade social em comunidades carentes, como o Programa Multiplica. No evento foram efetuadas inscrições de 40 pessoas interessadas em ser voluntárias da entidade. Além disso, a instituição cumpriu seu objetivo: o de criar mecanismos que incentivem a interação entre organizações sociais, empresas e governo, sensibilizando ainda a

sociedade para conhecer o Terceiro Setor, bem como se engajar nessa atividade como voluntário ou com outras formas de contribuição.

Entre as personalidades que visitaram a exposição, destaque para as atrizes Regina Duarte e sua filha Gabriela Duarte, o locutor Osmar Santos, o médico José Aristodemo Pinotti e o deputado Eduardo Suplicy.



A atriz Regina Duarte visita a EXPOSOLIDÁRIA 2002

Fundação faz doação para treinamento de jornalistas

A Fundação John S. and James L. Knight anunciou, em Miami (EUA), a doação de US\$ 3,3 milhões para a criação de um centro para treinamento de jornalistas.

A iniciativa tem como objetivo aumentar e melhorar o treinamento profissional e a liberdade de imprensa na América Latina. Do valor doado, US\$ 2 milhões serão destinados para a criação do Centro Knight para Jornalismo nas Américas, na Universidade do Texas, em Austin.

Idealizado como um precursor para novos programas de treinamento, o centro será formado por um comitê composto por organizações norte-americanas ativas no Jornalismo na América Latina, como a Associação de Imprensa Interamericanas e o Centro Internacional para Jornalismo.

O Centro será dirigido por Rosental Alves, catedrático em Jornalismo Internacional e ex-repórter no México e editor no Brasil. Rosental organizará workshops para mais de 500 jornalistas e controlará o aprendizado trilingue pela internet.

Federação das Santas Casas do RS promove Seminário Gaúcho da Saúde

Mais de 180 pessoas participaram do Seminário Gaúcho da Saúde: "O Hospital Filantrópico e o SUS", promovido pela Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul, no último dia 29 de julho, no Hotel Continental, em Porto Alegre (RS). Durante o evento, foram assinados os contratos do Projeto Saúde Solidária 2002, que prevê o repasse de R\$ 18,4 milhões aos 239 hospitais comunitários gaúchos. Do montante, R\$ 4,9 milhões serão destinados aos macrorregionais e especializados, R\$ 4,9 milhões aos regionais, R\$ 5,7 milhões aos microrregionais e R\$ 2,9 milhões às unidades locais. Os recursos serão pagos em quatro parcelas, sendo a primeira em setembro, a segunda em novembro, e as duas últimas datas a serem definidas pela Secretaria Estadual da Saúde.

O governador Olívio Dutra esteve presente na cerimônia de assinatura dos contratos e destacou que o Saúde Solidária é um dos cinco programas do Estado premiados como os melhores do País pelo Ministério da Saúde. Ele afirmou, ainda, que nos últimos três anos foram investidos R\$ 10,9 bilhões em áreas sociais no Rio Grande do Sul, R\$ 3 bilhões a mais em comparação ao governo anterior.



Santas Casas discutem o tamanho da rede da filantropia

Discutir o papel dos hospitais filantrópicos no momento em que o Brasil se consolida como uma das referências mundiais em atendimento na área da Saúde Pública. Essa foi uma das propostas do XII Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, que aconteceu entre os 14 e 16 de agosto de 2002, no Hotel Nacional, em Brasília (DF).

Atualmente, no País essa rede é responsável por 37,6% dos atendimentos prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o Datasus, do total de 11.937.323 internações realizadas pelo modelo público de atenção em saúde, quase 4,5 milhões foram efetuadas na rede de centros de atendimento sem fins lucrativos.

Para se ter uma idéia da importância do setor para garantir o acesso da população ao SUS, basta comparar esses dados com o desempenho dos outros hospitais ligados ao Sistema. A rede privada atende em torno de 25% dos pacientes internados. Já os hospitais públicos (de propriedade da União, dos Estados ou Municípios) encarregam-se de oferecer assistência a 26,5% deles, enquanto que os universitários, a 10,9%. Hoje, existem cerca de 2.600 estabelecimentos nesta rede.

Durante o evento, personalidades da área da saúde avaliaram o desempenho da filantropia na assistência à população, apresentando formas de aperfeiçoar o modelo. Participaram do evento, entre outros, os secretários executivos do Ministério da Previdência, Johannes Eck, e o de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Renilson Rehem.

Crônica

Invisibilidade Urbana

Por
MARCELO TORRECILAS

Numa cidade grande existem milhares de pessoas, cada uma levando a sua vida, cada uma construindo a sua história, vivendo seus dramas, suas paixões, seus problemas... Todos fazendo o possível para viver e continuar vivendo. Muitos sentem-se sozinhos em meio a essa multidão, sem olhar para o lado e ver quem os acompanha na caminhada. Andando para lá e para cá, cada um com um destino certo, cada um em direção ao seu destino, e todos achando que sabem exatamente para aonde estão indo.

Essa história não é sobre ninguém especial, muito pelo contrário, é sobre alguém nada especial, uma pessoa que faz parte de um grupo que já se tornou parte da paisagem de todas as cidades grandes. Eles são marginalizados e esquecidos, por mais presentes que estejam. Em qualquer lugar e em todos os lugares, com certeza você vai encontrar um deles. E vai ignorá-lo, como se ele não estivesse ali.

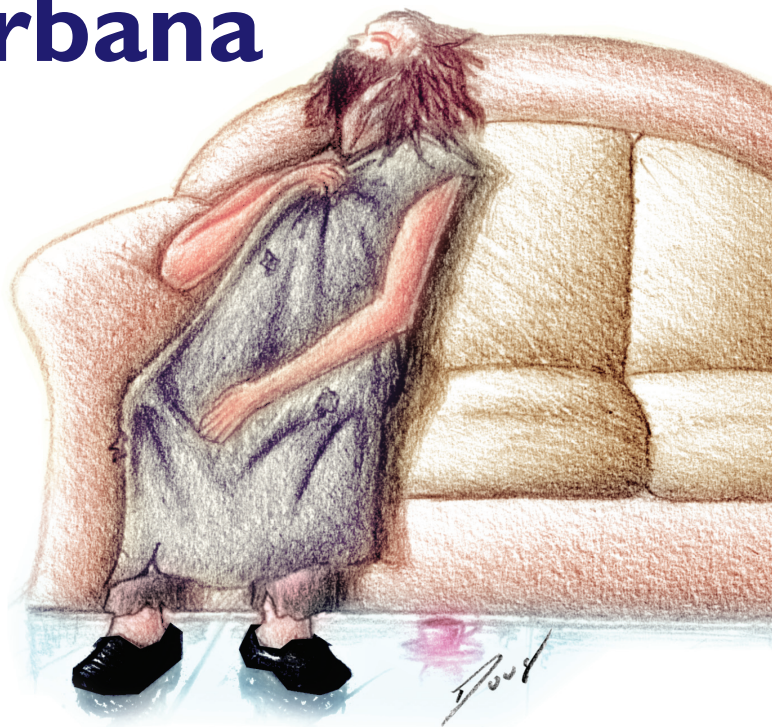
Seu nome não interessa, é apenas um mendigo, um "invisível", que vive da caridade alheia, que fez bons amigos durante a vida, mas divide a cachaça entre poucos. Um dia acordou com mais frio do que de costume. Sentou-se, olhou ao redor, viu seus "vizinhos" ainda dormindo, amontoados para evitar a brisa gelada da manhã de inverno. Lentamente, levantou-se e, sem tirar o velho e surrado cobertor de cima de seu velho e surrado corpo, começou a caminhar.

Algo de diferente o impelia a continuar andando, uma sensação estranha que jamais havia sentido antes, algo que o fez parar diante de um enorme edifício. Hesitou por um instante e entrou pela portaria, olhando fixamente para a cara do guarda que, sem mudar uma ruga do rosto de lugar, continuou em sua posição, impassível diante do intruso. Alguns passos pelo saguão e parou diante do elevador, apertou o botãozinho e esperou. Ficou pensando: "O que diabos está acontecendo?" Quando as portas se abriram, algumas pessoas começaram a sair, sem sequer erguerem os olhos para a figura deslocada. Boquiaberto, perplexo mesmo, entrou no elevador e, sem entender o que estava escrito naqueles botões, apertou o que estava mais alto.

Discretamente balançou o corpo com a música que tocava enquanto subia. Com um agradável "Plim", as portas se abriram e ele saiu para um novo saguão, todo decorado com plantas exóticas. O chão mais parecia um espelho. Olhou para o seu lado direito e viu uma enorme janela. Foi olhar de perto. Colou o nariz e espalmou as duas mãos na vidraça. Dali conseguia ver quase toda a cidade, inclusive o magazine, de onde acabara de vir. Enxergou até o vigia acordando seus companheiros. Será que alguém, alguma vez, reparou nessa cena, rodeado de tanto luxo? Achou que não. Voltou a caminhar pelo chão de espelhos, vendo a sua própria imagem refletida. Debruçou-se no balcão e olhou fixamente para o rosto da linda recepcionista sentada confortavelmente em sua cadeira. Pela primeira vez teve medo. Talvez sua excursão terminasse ali mesmo. Mas a moça simplesmente sorriu para ele e...

- Bom dia! Posso lhe oferecer um cafezinho?

- (hesitante) Pode sim... Quer dizer... Eu gostaria muito! "Brigado"! Por favor...



- (apontando para o sofá) O senhor pode ficar à vontade e aguardar a chamada.

- (quase que suplicando) Será que eu poderia usar o banheiro?

Sem tirar o sorriso dos lábios apontou uma porta no canto da sala. Ele não conseguia lembrar de alguma vez ter entrado em um lugar tão bonito. Jogou de lado o cobertor e sentou-se no vaso enquanto admirava-se com a decoração do toalete.

Numa cesta muito bonita, logo à sua frente, um punhado de jornais do dia, impecavelmente arrumados. Fez menção de pegar um, mas notou ao seu lado um rolo de papel higiênico. Meio sem jeito, puxou as folhas macias e perfumadas e limpou-se.

Levantou e olhou-se por alguns instantes no espelho iluminado. Lavou as mãos e o rosto, passou um pouco do sabonete líquido embaixo dos braços, deu um sorriso para si mesmo e percebeu a falta de alguns dentes entre outros tão maltratados. Saiu.

Sentou-se no sofá e logo uma senhora gorda, com um uniforme impecavelmente engomado, estendia em sua direção uma fina xícara de porcelana cheia de café, quentinho e fumegante, como há muito não via. Agradeceu com um simples movimento de cabeça e "mergulhou".

Quando acabou, abandonou a xícara no chão, olhou para a recepcionista, absorta em seus afazeres e olhou mais uma vez para seu rosto refletido no chão. Uma sensação agradável percorreu-lhe o corpo como um arrepio. Bem devagar, foi se acomodando no sofá... Macio... Confortável... Puxou o cobertor até os ombros e deixou que o sono lhe viesse. Lembrou-se de sua mãe, seus irmãos, sua família, seus amigos. Como ele queria que eles o vissem ali, deitado em um sofá na cobertura de gente bacana. Um sorriso lhe escapou pelo canto da boca.

Os pensamentos foram aos poucos desaparecendo. Uma última coisa lhe passou pela cabeça:

- Obrigado meu Deus, por me deixar morrer assim. E morreu.